



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

***Um olhar sobre a Delinquência Juvenil:  
O Sistema Prisional Português***

***Contradições da nossa Ordem Jurídica face a Compromissos  
Internacionais***

Maria Bernardo Silva Ferreira

Mestrado em Direito

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2020





UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

***Um olhar sobre a Delinquência Juvenil:  
Sistema Prisional Português***

***Contradições da nossa Ordem Jurídica face a Compromissos  
Internacionais***

Maria Bernardo Silva Ferreira

Orientadora: Maria da Conceição Cunha

Mestrado em Direito

Faculdade de Direito | Escola do Porto  
2020

*Eu sou aquilo que consegui fazer com o que fizeram de mim*

(Sartre, 1987)

## **Agradecimentos**

*Porque muitos foram aqueles que levaram à realização desta dissertação, cabe-me agradecer, de forma breve, o contributo de quem me acompanhou nesta jornada:*

Em primeiro lugar, um agradecimento muito especial à Professora Conceição Cunha que me deu a oportunidade de desenvolver esta investigação. Pela sua excelente orientação e disponibilidade. Pelos inúmeros esclarecimentos, preocupações, sem nunca esquecer as palavras de incentivo.

Pela partilha de conhecimentos que permitiram o alcance do resultado final.

Por me indicar o caminho e percorrê-lo comigo.

Aos meus pais, o meu grande pilar e apoio em todas as etapas da minha vida.

Com eles concretizo os meus sonhos. Sem eles nada seria possível.

São, sem dúvida, os principais realizadores desta peça.

À minha irmã, companheira de todas as horas.

Momentos de partilha que proporcionou. Dúvidas e receios que amparou.

Estimulando-me sempre, intelectual e emocionalmente.

Por todo o tempo ao meu lado, incondicionalmente.

A todos os meus amigos. Aos amigos que acompanharam o meu crescimento. Aos amigos que acompanharam o meu percurso de estudos.

Aos amigos das grandes lições. Aos amigos dos desafios e aventuras. Aos amigos das baladas e madrugadas.

Aos amigos que acreditam em mim.

*Obrigada a cada um de vós.*

## **Resumo**

O DL 401/82, de 23 de Setembro, que instituiu o Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes, tem associada a intenção de não negar que o jovem imputável é merecedor de um tratamento penal especializado, apesar de já não nos encontrarmos no domínio tutelar educativo. Tratamento através do qual a sua possibilidade de ressocialização e educação são características essenciais para impedir os efeitos estigmatizantes da privação da liberdade, principalmente no quadro em que este se encontra: ainda no limiar da sua maturidade.

Assim, foi prevista pelo legislador a criação de centros de detenção enquanto local alternativo à prisão para a execução de pena não superior a dois anos; no entanto, esta previsão não chegou a ter efetividade prática por falta de infraestruturas societárias que permitissem a sua aplicação, e não, propriamente, por falta de iniciativa legislativa. Não obstante, consideramos que deveria haver separação dos jovens em relação aos adultos em todas as situações, até mesmo quando se trate de penas superiores a dois anos.

É neste sentido, e tendo em conta a necessidade de reestruturação dos parques prisionais, que se procura “lutar” por uma separação física, dentro dos já existentes estabelecimentos para os jovens entre os 16 e os 21 anos, por forma a evitar os efeitos negativos que a influência de outros indivíduos, com diferentes níveis de perigosidade e em diversos estágios de criminalidade, pode acarretar no futuro criminal dos jovens adultos, nosso público alvo nesta investigação.

**PALAVRAS-CHAVE - Sistema Penal Português, Divisão Prisional, Efeito Criminógeno, Delinquência Juvenil.**

## **Abstract**

DL 401/82, of September 23rd, which established the Penal Regime for Juvenile Delinquents, is associated with the intention of not being able to deny that the imptable young person deserves specialized criminal treatment, even though we are no longer in the field of educational tutelage. Treatment through which its possibility of resocialization and education are essential characteristics to prevent the

stigmatizing effects of deprivation of liberty, especially in the context in which it finds itself: still on the threshold of its maturity.

Thus, the legislator foresaw the creation of detention centers as an alternative to prison for the execution of a sentence not exceeding two years; however, this forecast did not reach practical effectiveness due to the lack of corporate infrastructures that would allow its application, and not, precisely, due to the lack of legislative initiative. Nevertheless, we believe that there should be a separation of young people from adults in all situations, even when dealing with sentences greater than two years.

It is in this sense, and taking into account the need to restructure prison buildings, that one seeks to “fight” for physical separation, within the already existing establishments for young people between 16 and 21 years of age in order to avoid the negative effects that the influence of other individuals, with different levels of danger and in different stages of criminality, can lead to the criminal future of young adults, our target audience in this investigation.

**KEY WORDS - Portuguese Penal System, Prison Division, Criminogenic Effect, Juvenile Delinquency.**

# Índice

I. Introdução .....	3
II. Contextualização do Direito Penal Português .....	5
III. Regime Penal aplicável a Jovens Delinquentes .....	9
3.1 Modelo Europeu .....	9
3.2 Modelo Português .....	11
3.2.1 Punibilidade dos Jovens: Entre a “educação para o direito” e a responsabilização penal .....	14
3.3 O RPJD aos olhos da Jurisprudência .....	16
IV. Incumprimento dos Instrumentos Internacionais? .....	19
4.1 Artigo 37º da Convenção dos Direitos da Criança .....	20
4.2 Regras de Beijing .....	21
4.3 Princípios Orientadores de Riade .....	21
4.4 A Diretiva da União Europeia 2016/800 .....	22
4.5 Direitos do Recluso no Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade .....	24
4.6 O Observatório Europeu das Prisões .....	25
4.7 Um Exemplo ao abrigo da Visão Europeia: Lituânia .....	26
V. Os Jovens no Meio Prisional .....	28
5.1 A Realidade à luz da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais .....	31
5.2 Perspetiva da Psicologia: O Efeito Criminógeno .....	33
5.3 Voltar à Sociedade: A Reinserção Social .....	37
VI. Proposta de Resolução: Separação entre Adultos e Jovens .....	39
VII. Conclusão .....	43
Referências bibliográficas .....	47
Jurisprudência .....	51



## **Lista de siglas e abreviaturas**

**Art.** - Artigo

**Arts.** - Artigos

**CE** - Centro Educativo

**CEPMPL** - Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade

**CP** – Código Penal

**CPT** - Comité Europeu para a Prevenção da Tortura

**CRP** – Constituição da República Portuguesa

**DGRSP** - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

**DL** - Decreto-lei

**EP** - Estabelecimentos Prisionais

**LTE** - Lei Tutelar Educativa

**n.º** - número

**OEP** – Observatório Europeu das Prisões

**OTM** - Organização Tutelar de Menores

**PIR** - Plano Individual de Recuperação

**Pág.-** Página

**RPJD** - Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes

**ss** - seguintes

**UE** - União Europeia

## **I. Introdução**

O foco de estudo desta dissertação incide sobre o DL 401/82, o Regime Penal aplicável a Jovens Delinquentes (doravante RPJD). Consistirá na defesa da divisão física dos jovens nos estabelecimentos prisionais portugueses, com a finalidade de evitar os efeitos criminógenos da prisão em jovens ainda em crescimento/desenvolvimento.

A presente investigação encontra-se repartida em temas centrais.

Para iniciar, debruçar-nos-emos sobre a contextualização do direito penal português, demonstrando a estrutura do nosso direito penal e as respetivas doutrinas divergentes existentes neste domínio.

Analisamos, de seguida, o Regime Penal aplicável a Jovens Delinquentes. Referimo-nos ao tratamento jurídico-penal dos jovens a nível internacional e, depois, a nível nacional. O objetivo é vincar a defesa da diferenciação ao nível da execução de pena em estabelecimento prisional, pretendendo alcançar-se uma intervenção não só sancionatória, mas igualmente reeducadora, tal como exposto no ponto 4º do preâmbulo do DL 401/82, de 23 de Setembro.

Neste seguimento, revelamos algumas decisões dos nossos tribunais, no que concerne à aplicação do regime em estudo. Pretende-se deixar ao leitor uma perspetiva jurisprudencial, passando da teoria da lei para a efetiva realidade prática. Através desta exposição, compreenderemos que algumas sentenças não dão resposta às necessidades exigidas.

Desta forma, colocamos em questão se o Modelo Comunitário e, nomeadamente, a Diretiva (UE) 2016/800, estão a ser cumpridos, neste momento, no nosso país.

Vamos ao encontro dos diversos instrumentos internacionais vigentes no nosso ordenamento jurídico, bem como das considerações prestadas quer pelo Observatório Europeu das Prisões (doravante OEP), quer pelo Comité Europeu para a Prevenção da Tortura (doravante CPT), demonstrando dados empíricos traduzidos nos relatórios elaborados aquando do desenvolvimento de um estudo realizado pelo OEP e de visitas periódicas que decorreram em Portugal.

Será, também, mencionado um exemplo comunitário de um país que, tal como o nosso, enfrentou acentuadas adversidades e distinguiu-se pelos objetivos desenvolvidos em matéria de aprisionamento juvenil.

Para uma avaliação baseada em dados concretos, fomos observar os dados estatísticos associados à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e os dados do Relatório do Ministério da Justiça sobre o Sistema Prisional e Tutelar realizado em 2017.

Pretende-se, com estas pesquisas, aludir à necessidade premente de uma reabilitação estrutural e funcional de todo o parque prisional no nosso país. Contudo, só será possível melhorar a situação se se cumprirem, efetivamente, as diretivas e recomendações tanto das entidades europeias como das nacionais, conciliando as mais variadas áreas do saber relativamente aos efeitos da convivência prisional destes jovens com adultos com diferentes níveis de perigosidade.

Para completar a nossa defesa, fazemos uma ponte entre o direito e a psicologia. Faz-se uma legítima referência aos testemunhos fornecidos por outra área do saber que se afigura essencial para compreender o alcance das consequências implicadas no processo de maturação psicológica e cognitiva de um indivíduo situado entre os 16 e os 21 anos, quando passa esta fase de desenvolvimento em ambiente prisional.

Neste sentido, é de atentar que a faixa etária em apreço é apontada pela psicologia como sendo o auge da afirmação e desenvolvimento tanto da personalidade como da maturidade do jovem. Por consequência, o cumprimento de uma pena de prisão tem efeitos a curto prazo, próprios da punição enquadrada na vertente sancionatória do direito penal português, mas, sobretudo, a longo prazo. Estes efeitos podem vir a traduzir-se no desenvolvimento de um adulto reintegrado nos valores da sociedade em que insere, ou, contrariamente, num aumento da sua perigosidade criminal.

O presente trabalho tem como finalidade demonstrar que, embora os jovens nesta idade devam ser punidos pelos seus comportamentos desviantes, ainda podem ser educados para o direito. Nas palavras de Maria João Leote, “não se trata de desresponsabilizar os mais novos, mas de os proteger do contacto com indivíduos com longas trajetórias criminais”<sup>1</sup>.

De forma resumida, entendemos que seria uma mais valia a separação física dentro dos próprios parques prisionais, dada a escassez de prisões para jovens, uma vez que, apenas existe uma Escola-Prisão em Portugal (Escola-Prisão de Leiria).

---

<sup>1</sup> Artigo Jornal Público sobre jovens em prisões de adultos:  
<https://www.publico.pt/2015/02/12/sociedade/noticia/portugal-e-excepcao-ao-juntar-criancas-e-jovense-m-prisoas-de-adultos-1685272>

## II. Contextualização do Direito Penal Português

*o direito penal é, formalmente, o conjunto de normas que trata, jurídico-penalmente, os pressupostos, a determinação, a aplicação e as consequências dos crimes e dos factos suscetíveis de desencadear medidas de segurança. Estrutura-se e vive, juridicamente, através de duas realidades nucleares, elementares e indissociáveis, quais sejam: o crime e a pena.<sup>2</sup>*

Entendemos que o nosso ordenamento jurídico não tem por base o fundamento punitivo, mas sim, a possibilidade de averiguar, em cada caso concreto, os motivos que levaram à transgressão praticada pelo agente e tentar, com esta avaliação, encontrar os legítimos mecanismos de ressocialização e reintegração na sociedade.

O fim do direito penal é a proteção dos bens jurídicos e a pena é o meio de realização dessa tutela, impondo-se uma correlação entre a medida da pena e a necessidade de prevenir a prática de futuros crimes, tendo em consideração, imperativamente, a prevenção geral e especial.

Na prevenção geral faz-se apelo à consciencialização global da importância social do bem jurídico tutelado e ao restabelecimento da confiança da comunidade na efetiva tutela penal dos bens protegidos. Na prevenção especial pretende-se a ressocialização do delinquente (prevenção especial positiva) e o afastamento da prática de futuros crimes (prevenção especial negativa).

A perspetiva de Maria João Antunes consiste na ideia de que a pena tem como finalidade a proteção de bens jurídicos e, sempre que exista essa possibilidade, a reintegração do agente na comunidade. Existe um foco na defesa da ordem jurídica e da paz social (conteúdo mínimo da prevenção geral positiva) como limite à atuação das exigências de prevenção especial de socialização e a culpa como limite da pena<sup>3</sup>.

Em concordância, citamos Figueiredo Dias:

*a reação que a consciência comunitária espera do sistema jurídico-penal diante da prática do crime traduz-se na aplicação de uma pena justa e adequada à culpa, pois é esta pena que vai de encontro ao sentimento jurídico coletivo e é esta pena que corresponde, em coerência, à referida função pedagógica. Deste modo, a esta teoria não poderá ser dirigida a crítica dirigida à teoria da prevenção geral negativa ou da intimidação, segundo a qual esta permitiria a instrumentalização da pessoa em nome de interesses sociais e punir segundo critérios utilitários sacrificando considerações de justiça e de adequação à culpa concreta do agente<sup>4</sup>.*

Esta teoria encontra significativo eco na doutrina portuguesa contemporânea<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> (COSTA, 2015) págs. 3 e 5

<sup>3</sup> (ANTUNES, 2018) pág. 18

<sup>4</sup> (DIAS, 2001) págs. 77 e 78

<sup>5</sup> (DIAS, 2003) págs. 317 a 329

Há muitos anos que este autor nos ensina que:

*1) Toda a pena serve finalidades exclusivas de prevenção, geral e especial. 2) A pena concreta é limitada, no seu máximo inultrapassável, pela medida da culpa. 3) dentro deste limite máximo ela é determinada no interior de uma moldura de prevenção geral de integração, cujo limite superior é oferecido pelo ponto ótimo de tutela dos bens jurídicos e cujo limite inferior é constituído pelas exigências mínimas de defesa do ordenamento jurídico. 4) Dentro desta moldura de prevenção geral de integração a medida da pena é encontrada em função de exigências de prevenção especial, em regra positiva ou de socialização, exceccionalmente negativa ou de intimidação ou segurança individuais.*<sup>6</sup>

Não ignoramos, contudo, posições doutrinárias em sentidos divergentes quanto à problemática da finalidade das penas.

Em suma, perante a existência de um crime, chega a altura em que o julgador terá de aferir da medida da pena a aplicar, dispondo o n.º 1 do artigo 71.º do CP que “a determinação da medida da pena, dentro dos limites definidos na lei, é feita em função da culpa do agente e das exigências de prevenção”.

As exigências de prevenção geral previstas pelo legislador reportam-se às expectativas da comunidade face à validade e à vigência da norma violada e, portanto, são vocacionadas para proteger das refrações jurídico-penais que a prática criminosa possa significar; a culpa surge, não enquanto fundamento e limite mínimo, mas como o seu limite máximo, tal como está consagrado no n.º 2 do art.º 40.º do CP, visto que “em caso algum a pena pode ultrapassar a medida da culpa”.

Observamos, seguindo esta ideia, que o domínio do designado “direito penal dos adultos” encontra-se ancorado no princípio da culpa, mediante o qual, não se impõe uma intervenção daquele que é um direito de *ultima ratio*, sem estabelecer uma conexão entre o ilícito e o alegado autor. Ou seja, parte-se do pressuposto que quem o pratica tem uma capacidade de conformação com os valores jurídico-penais, suscitando-se algumas questões acerca dos limites e critérios para aferir desta faculdade.

Taipa de Carvalho, tal como Figueiredo Dias e Maria João Antunes, defende a teoria unilateral da culpa, ou seja, que a culpa é apenas o limite máximo (não o limite mínimo). Preconiza que, nos momentos de escolha da medida da pena e da sua espécie, o critério que deve estar presente é o da prevenção especial positiva, que se traduz na

---

<sup>6</sup> (DIAS, 2019) pág. 121

ressocialização do delinquente, quando compatível com a negativa, que consiste numa dissuasão individual daquele agente.<sup>7</sup>

A culpa e a prevenção geral aparecem, respetivamente, como limite máximo e limite mínimo. Enquanto o limite máximo da pena não pode nunca ser superior à medida da culpa, já o seu limite mínimo não pode nunca ser inferior à medida de pena tida como indispensável para garantir a confiança da comunidade nos bens jurídicos e na paz social.

Para Taipa de Carvalho este limite mínimo da pena ditado pela prevenção geral coincide com o limite mínimo da moldura penal abstrata.<sup>8</sup>

Com base na pesquisa realizada, entendemos que, para Figueiredo Dias (e, em geral, para a Escola de Coimbra), a prevenção geral tem mais relevo, podendo exigir um mínimo superior ao mínimo legal. Segundo esta Escola, deverá traçar-se a moldura da prevenção geral para o caso concreto. Entendemos, assim, que a teoria de Taipa de Carvalho, dando mais peso à prevenção especial, acaba por ser mais adequada aos casos de delinquência juvenil.

O art. 19º do Código Penal dispõe que “os menores de 16 anos são inimputáveis”. A imputabilidade pode ser definida como “a capacidade do agente, no momento da perpetração do facto, de avaliar a ilicitude do facto e de se determinar de harmonia com essa avaliação”.<sup>9</sup>

Assim, é pertinente aprofundar a opinião de Anabela Rodrigues, que defende o aumento da idade da imputabilidade penal para os 18 anos. Opinião oposta tem Taipa de Carvalho, que é a favor da sua redução para os 14 anos de idade.<sup>10</sup>

Anabela Rodrigues defende que a personalidade do jovem, o seu processo de maturação das capacidades cognitivas e volitivas ainda está em formação e, assim sendo, esta aconselha “a fazer coincidir a idade da imputabilidade com a maioridade civil, idade em que se reconhece a plena integração político-social da pessoa.”<sup>11</sup>. Assumimos, como a autora, que o menor, na maioria das vezes, não tem capacidade de culpa.

---

<sup>7</sup> (CARVALHO, TAIPA, 2016) pág.79 e ss. Também ganha ênfase em (ANTUNES, 2018) e (DIAS, 2019).

<sup>8</sup> (CARVALHO, TAIPA, 2016) pág.79 e ss

<sup>9</sup> (SILVA, 2005) pág.167

<sup>10</sup> (CARVALHO, 2008) pág. 468

<sup>11</sup> (RODRIGUES, 2007) pág. 357

Para além desta elevação do limite da imputabilidade penal em Portugal, propomos uma reflexão baseada na conceção de Anabela Rodrigues, no sentido de aplicar um novo regime penal especial para jovens adultos com idade até aos 25 anos.

Esta autora baseia-se nas finalidades da Lei Tutelar Educativa, que são a socialização da criança e a interiorização de valores e normas jurídicas, para sugerir que se deve investir numa “pedagogia da responsabilidade”. Deve haver a responsabilização do menor pelo facto cometido, mas também educar o mesmo para que seja responsável em todos os seus atos e decisões.<sup>12</sup>

Concluindo, propomos um modelo de intervenção educativo e responsabilizador para os jovens infratores, visto que estes se encontram num processo de evolução. Pretende-se que o jovem seja responsabilizado pelo facto cometido, mas também, educá-lo para que não volte a ter comportamentos ilícitos.

Coloca-se aqui a possibilidade do limite de idade da imputabilidade penal ser elevado para os 18 anos. Esta opção é também justificada com fundamento na preocupação do Comité dos Direitos das Crianças, em relação aos limites das idades estabelecidos na lei portuguesa, pois os menores com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos estão submetidos às mesmas penas que os adultos e correm assim o risco de não lhes ser fornecida toda a proteção e benefícios necessários ao seu desenvolvimento.<sup>13</sup>

Se tivermos em consideração, como Maria Fernanda Palma, “o desenvolvimento da pessoa nas suas diversas dimensões – neuro-biológicas, intelectual, ética e social”<sup>14</sup>, concluímos que a responsabilidade penal por culpa pressupõe um certo estágio de desenvolvimento nessas mesmas dimensões. Assim, se a maturidade do desenvolvimento dita as possibilidades de atribuição de responsabilidade jurídica não será menos verídico que a consideração da idade, de *per si*, se afigura como um critério necessário, contudo insuficiente para aferir da capacidade de culpa imprescindível à imputação penal.

Salienta-se que o critério mobilizado para aferir da imputabilidade não pode passar, apenas, por um elemento estanque como seja o da idade.

Defendemos, olhando para o sistema que temos em vigor no momento atual, uma análise concreta de cada situação que surja entre os 16 e os 18 anos de idade. Sugerimos

---

<sup>12</sup> (RODRIGUES, 2007) pág. 375

<sup>13</sup> (RODRIGUES, 2008) pág 4

<sup>14</sup> (PALMA, 1996) pág. 61

uma avaliação psicológica específica levada aos tribunais por especialistas, avaliando a capacidade/consciência do jovem em relação ao delito cometido. Como dita a expressão: “cada caso é um caso”.

Deste modo, “a inimputabilidade, enquanto figura do direito penal, não pode estar dependente de qualquer outro critério senão o da sua razão de ser, de permanecer na construção de todo o facto punível, no caminho que se percorre até chegar ao crime”.<sup>15</sup>

As ideias, citadas anteriormente, reforçam os estudos efetuados ao nível da neurociência. Não podemos cingir-nos apenas a um critério legal que tem enfoque na idade à data da prática dos atos criminosos. Será necessário ter em atenção a dinâmica do desenvolvimento cognitivo juvenil.

O problema não será apenas de cognição - saber distinguir o certo do errado - mas de ter alguma capacidade para apreender o significado global do seu comportamento, ter capacidade de controlo de impulsos e de resistência a pressões do grupo, e ainda, possuir capacidades emocionais associadas ao desenvolvimento da sua personalidade.<sup>16</sup>

### **III. Regime Penal aplicável a Jovens Delinquentes**

#### **3.1 Modelo Europeu**

A delinquência no séc. XIX era vista “como um resultado da conflitualidade entre as condições de vida e a pressão social promovidas pela industrialização que conduzia à revolta das classes populares, sendo os atos delinquentes das crianças entendidos à luz das influências dos adultos, mormente a família.”<sup>17</sup>

Na Europa e nos Estados Unidos da América, no princípio do século passado, o sistema de proteção da justiça de menores considerava que os jovens delinquentes seriam objeto de um tratamento especial.

A autora Anabela Rodrigues esclarece que este sistema de proteção constrói-se com base numa enorme ambiguidade. Num sentido, prevê-se um modelo de justiça mais benéfica, que se dirige à prevenção e ao tratamento, à educação e à integração, refletindo os princípios do Estado-Providência, o ideal social que promove o bem-estar.

---

<sup>15</sup> (ALFAIATE, 2016) pág. 158 e 159

<sup>16</sup> (CUNHA, 2016)

<sup>17</sup> (CARVALHO, 2017) pág. 18



Em sentido inverso, manifesta o desejo de proteger a sociedade, as prioridades da defesa social, contra a “ameaça social pelos menores delinquentes”.<sup>18</sup>

Contudo, no final do século passado, este sistema de proteção é alvo de alguma censura. É posto em causa por diversas razões, nomeadamente:

*a situação sócio-económica degradada, o contexto social e cultural marcado pelo medo e pelo aumento do sentimento de insegurança, o desenvolvimento de um “populismo penal”, alimentado pelos meios de comunicação social, levantaram críticas a tal modelo específico de justiça... pouco eficaz no que concerne às suas finalidades educativas. Será entendida como demasiado indulgente relativamente aos menores e indiferente relativamente às vítimas.*<sup>19</sup>

Neste contexto, a intervenção do Estado assentava na salvaguarda daqueles que, estando numa fase precoce do seu processo de desenvolvimento, podiam sentir-se seduzidos pelo mundo criminoso, sem questionar as adversidades, merecendo ser objeto de políticas que os defendessem e não que os punissem.

Alicerçados e associados a uma evolução progressiva da sociedade, foram emergindo diversos fatores que contribuíram para uma mudança de mentalidade em relação à delinquência juvenil, adotando uma perspetiva direcionada para a responsabilização.

A deterioração sócio-económica, que caracterizou o período pós-guerra e as alterações legislativas que ocorreram na 2ª metade do século XX e início do século XXI, estiveram, possivelmente, na origem das mudanças *supra* referidas.

A lógica do mercado e as estruturas que deste dependiam centraram-se na reestruturação da vertente financeira, valorizando acentuadamente o crescimento e progresso económico. Então, os jovens adultos que adotaram comportamentos desviantes eram encarados como uma ameaça a ser controlada pelo Estado, que aqui manifesta o seu poder e soberania.

Nesta lógica, Anabela Rodrigues utilizou um exemplo importante - “Inglaterra sob a influência do New Labour, o primeiro país a transformar a sua legislação, com base no slogan *duro com o crime, duro com as causas do crime*”.<sup>20</sup> Este *slogan* tornou-se histórico, mesmo em relação aos mais jovens, revelando um fortalecimento global de toda a legislação desta natureza.

Por outro lado, foi surgindo, nas instâncias internacionais, a consciência de que era importante defender os direitos das crianças.

---

<sup>18</sup> (RODRIGUES, 2017) pág. 28

<sup>19</sup> *Idem*, págs. 25 e 26

<sup>20</sup> *Idem*, pág. 31

A visão internacional sobre os direitos das crianças surgiu com um marco histórico: a assinatura da Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas, a 20 de Novembro de 1989.

Nesta ótica “a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais, nomeadamente de proteção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento”<sup>21</sup>.

Ao longo do tempo, foram surgindo vários instrumentos legais de cunho europeu que vão no sentido de enfatizar a diferença entre o jovem e o adulto delincente.

Encontramos alguns exemplos nas recomendações do Conselho de Ministros como a Resolução (87) 20 sobre as reações sociais à delinquência juvenil, que foca o papel das políticas sociais para a prevenção deste fenómeno, tais como a Resolução (03) 20 sobre as novas formas de tratamento da delinquência juvenil e o papel da justiça juvenil, destacando os objetivos de prevenção e de reinserção dos jovens e a Resolução 2008 que prevê regras europeias para jovens ofensores sujeitos a sanções, principalmente quanto à progressividade das medidas.

Merece destaque o Parecer do Comité Económico e Europeu sobre a “prevenção da delinquência juvenil, as formas de tratamento da mesma e o papel da justiça de menores na UE” de 2006. Parecer que aborda as causas deste tipo de delinquência, bem como propostas para uma política europeia de justiça de menores. Preconiza algumas recomendações como a existência de normas mínimas comuns a todos os Estados Membros, a criação de um Observatório Europeu para o estudo deste tema e as Diretrizes do Comité de Ministros sobre a “justiça adaptada às crianças”, que estabelecem vários princípios fundamentais e garantias processuais.<sup>22</sup>

Podemos observar que a União Europeia não tem sido indiferente a este assunto e todos os seus esforços vão no sentido de assegurar que os jovens tenham um tratamento mais favorável e adequado, independentemente da sua nacionalidade.

### **3.2 Modelo Português**

No nosso país, a designação concreta da menoridade foi atingindo, no decorrer dos tempos, um sentido e alcance diferenciados, dando lugar à gradual evolução da forma de lidar com aqueles que nela se enquadram. Importará salientar alguns momentos

---

<sup>21</sup> Convenção sobre os Direitos da Criança:

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1894&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1894&tabela=leis)

<sup>22</sup> (CUNHA, 2016) pág. 444

cronológicos marcantes que revelam o caminho percorrido até à implementação do Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes (RPJD).

Retrocedamos até Julho de 1780, quando é criada a Real Casa Pia de Lisboa por Pina Manique, uma instituição secular que se prolonga até à atualidade. O objetivo seria dar uma resposta eficaz para combater a criminalidade existente, e, em particular, responder à delinquência juvenil a si associada, com base na carência e pobreza de uma comunidade que se encontrava desorganizada a nível socioeconómico.

Em 1852, surge o Decreto-Lei de 10 de Dezembro que esclarece a inimputabilidade em razão da idade fixada nos 7 anos, sendo, contudo, afixado que, entre os 7 e os 14 anos, as crianças não seriam passíveis de um juízo de culpa caso se considerasse que não detinham consciência do ato cometido, cfr. o artigo 23º n.º 1 e 3: “Não podem ser criminosos: n.º 1. Os menores de sete anos; n.º 2. os maiores de sete e menores de quatorze, quando praticam o ato sem o necessário discernimento”.

No ano de 1911, com a Implantação da 1ª República, é publicada a Lei da Proteção da Infância, explicitando que “com os fins de prevenir não só os males sociais podem produzir a perversão ou o crime entre os menores de ambos os sexos de menos de dezasseis anos completos, ou comprometer a sua vida ou saúde; mas também de curar os efeitos desses males”.<sup>23</sup>

Este diploma vem, igualmente, implementar aqueles que seriam os antecessores dos Tribunais de Família e Menores, aqui indicados como Tutorias da Infância e, ainda, a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças. Esta é considerada como “a união jurídica, moral e facultativa de várias instituições, quer oficiais quer particulares, de propaganda, educação e patronato, que deverão formar um verdadeiro sistema de higiene moral e social, e que tinha por finalidade prevenir os males que podem produzir a degenerescência psíquica e moral das crianças”.<sup>24</sup>

A Prisão Escola de Leiria para reclusos dos 16 aos 21 anos, com a data de 8 de Setembro de 1934, é tida, na sua génese, como um acontecimento de relevo na temática em análise. Foi definido como objetivo primordial deste estabelecimento, a diferenciação da população em regime prisional e a especialização do tratamento penitenciário em função das características das pessoas ali integradas e dos equipamentos que se colocavam à disposição. Daqui resultou o desenvolvimento de atividades escolares e de formação profissional, com vista à aquisição de competências.

---

<sup>23</sup> Artigo 1º da Lei de Proteção da Infância, de 27 de Maio de 1911

<sup>24</sup> Artigos 112º e 113º, al. a) da Lei de Proteção da Infância, de 27 de Maio de 1911

Em 1962, com a publicação da Organização Tutelar de Menores (doravante OTM) sucede-se uma alteração no regime jurídico vigente. Com esta alteração, deixaram de existir diferenças entre as medidas aplicáveis aos menores em perigo moral e aos menores agentes de crimes, sendo o objetivo, em relação a todos, “a proteção no domínio de prevenção criminal, através da aplicação de medidas de proteção, assistência e educação.”<sup>25</sup>

Salientamos que, neste momento, o modelo era protecionista/paternalista. As principais críticas verificavam-se na escassez de garantias processuais e na falta de diferenciação das medidas aplicadas a menores em risco e a menores delinquentes.<sup>26</sup>

Depois de uma intensa e contínua contestação, o modelo da OTM de 1962, um modelo de proteção social, entra em decadência. Surge a sua primeira revisão em 1978. Reforma que exacerbou ainda mais o paternalismo da altura. Continuava, deste modo, a ser urgente uma alteração do regime de direito de menores em Portugal.

Neste panorama, o XIII Governo Constitucional inclui no seu programa uma outra revisão da Organização Tutelar de Menores, sendo que a Comissão de Revisão de 1996 considerou que o sistema vigente continha várias lacunas. Deste modo, ultrapassou-se a ideia de um sistema apenas de proteção dos jovens, incluindo a ideia de segurança, de ordem social e de salvaguarda dos direitos processuais dos menores, sendo o papel do Estado na reeducação urgente e necessário.

As conclusões a que chegou a Comissão foram aprovadas pela generalidade dos Ministros e, assim, foi constituída uma Comissão de Reforma da Legislação de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, com o objetivo de dar seguimento a estas conclusões. Na sequência dos trabalhos realizados pela Comissão foi aprovada a Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro.

Em 1998, é nomeada uma Comissão de Reforma da Legislação sobre o processo tutelar educativo e o regime especial aplicável a jovens adultos.

Nasce, então, o Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de Setembro, que veio instituir o Regime Penal Aplicável a Jovens Delinquentes (RPJD) e a Lei Tutelar Educativa (LTE) aprovada pela Lei 166/99, de 14 de Setembro, mas que entra em vigor a 1 de Janeiro de 2001, sendo alvo de alteração no ano de 2015.

Chegamos ao nosso foco: o DL n.º 401/82, de 23 de Setembro. A presente legislação tem a intenção de distinguir o direito penal “dos adultos” e o aplicável aos que não estão

---

<sup>25</sup> Artigo 1.º da OTM.

<sup>26</sup> (CUNHA, 2016), págs. 437 a 450

ainda dotados de uma consciencialização e maturidade plena para compreender o direito e as exigências de conformação que o mesmo acarreta. Afirmar, assim, que “tal interesse e importância não resultam tão-só da ideia de que o jovem imputável é merecedor de um tratamento penal especializado (...) sobretudo quando este se encontra ainda no limiar da sua maturidade”.

Como já referido, o artigo 19º do Código Penal define como imputável – ainda que *a contrario* – todos os maiores de 16 anos, embora a maioridade civil se situe nos 18 anos.

Como é manifesto no preâmbulo do diploma<sup>27</sup>, era previsível que o legislador se aproximasse mais do ideal de direito reeducador do que do direito sancionador. Todavia, nota-se que a pretensão e o espírito da lei acabaram por não ficar plenamente consagrados nem realizados na sua aplicação prática.

### **3.2.1 Punibilidade dos Jovens: Entre a “educação para o direito” e a responsabilização penal**

Uma possível solução para uma melhoria no regime dos jovens seria importar algumas orientações e os mecanismos impostos pelo direito reeducador da Lei Tutelar Educativa, como está previsto no RPJD. Queremos, com isto, transmitir a ideia de que o direito penal dos jovens imputáveis deve, dentro das possibilidades, aproximar-se dos princípios e regras do direito reeducador de menores.

A Lei Tutelar Educativa surge em Portugal como forma de equilíbrio entre a necessária distinção que separa as crianças e jovens em perigo da responsabilização educativa dos menores que praticam factos qualificados na lei penal como crime, embora estabelecendo “pontes” entre as duas formas de intervenção.

Debruçamo-nos, ora, sobre a garantia dos direitos processuais de defesa dos menores, tendo em consideração as condutas desviantes por estes adotadas, sem converter o diploma numa simples adaptação do CP.

Em concordância com o exposto anteriormente, entendemos que a principal característica da LTE consiste na ideia de educação para o Direito que orienta todo o diploma. Podemos definir educar para o Direito como “educar para o respeito pelos valores mais essenciais de uma comunidade, educar para o respeito pelos direitos mais

---

<sup>27</sup> Resumidamente, trata-se de instituir um direito mais reeducador do que sancionador, sem esquecer que a reinserção social, para ser conseguida, não poderá descuidar os interesses fundamentais da comunidade.

fundamentais, pois foram esses valores essenciais, esses direitos fundamentais, que o jovem feriu com a prática do crime”.<sup>28</sup>

Sem esquecer o facto que foi praticado, a LTE tem a particularidade de olhar para lá da responsabilização e procurar responder às necessidades educativas do menor. Transmite esta ideia através de mecanismos que, permitindo ao julgador alguma criatividade na aplicação das medidas, as possa personalizar, levando, assim, o jovem a cumprir a vertente ligada à responsabilização<sup>29</sup> e a trabalhar no caminho da sua educação para o direito.

Assumindo esta posição, defendemos que a designada “meta final” pauta-se por corresponder às necessidades educativas em carência nestes indivíduos.

Já relativamente aos jovens adultos, António Duarte Fonseca refere que:

*nas opções político-criminais da maioria dos países relativamente a jovens adultos são discerníveis três linhas de orientação principais: - Assimilação (pelo menos em parte) aos menores, para os fazer beneficiar de um sistema mais flexível, de jurisdição especializada; - Sujeição à jurisdição e às penas comuns considerando-os como adultos; - Sujeição a um tratamento específico.*<sup>30</sup>

Em Portugal, com a Proposta de lei n.º 275/VII apresentada à AR (1999), “perfila-se uma opção do segundo tipo, sendo que, nestes termos, a interatividade entre penas e medidas tutelares arrasta consigo um outro problema: a dificuldade da determinação e delimitação do conceito e do tratamento jurídico-penal do jovem adulto.”<sup>31</sup>

Esta compreensão está relacionada com o facto de vermos, dentro do alcance do RPJD, alguma esperança na recuperação do grupo etário em causa, trazendo-lhe novos parâmetros societários, dando-lhe a oportunidade de mudança e encaminhando-o no sentido do direito.

Nesta linha de pensamento, subscrevemos as convicções assentes na harmonização dos princípios orientadores da LTE com os paradigmas previstos no RPJD. Será, assim, possível a subsistência de um sistema, onde é permitido ao jovem condenado aceder a recursos e ferramentas que lhe possibilitem perceber e aceitar os princípios normativos contíguos aos programas de aprendizagem disponibilizados pelos EP.

---

<sup>28</sup> (CUNHA, 2016) pág. 466

<sup>29</sup> Não se entende responsabilização por exigências de prevenção, à semelhança do que ocorre no CP, pois que não é essa a finalidade da LTE - (A. M. RODRIGUES, 2017) pág. 46.

<sup>30</sup> (DUARTE-FONSECA, 2001) págs. 253 e 254.

<sup>31</sup> (DUARTE-FONSECA, 2001) *Idem*

De forma sintética, o projeto que idealizamos passaria por implementar, durante a aplicação do RPJD, a jovem que estivesse a cumprir pena, os conteúdos aplicados em sede de LTE a menor em cumprimento de medida de internamento<sup>32</sup>.

### 3.3 O RPJD aos olhos da Jurisprudência

Neste capítulo ousamos tecer breves considerações sobre a aplicação efetiva do RPJD pelos tribunais portugueses. Não existe uma opinião unânime na jurisprudência em relação à atenuação especial da pena, tal como está prevista no art. 4º do regime em causa.

Para uma corrente, expressa num Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29.04.2009, os argumentos relativos “às necessidades de reprobção e de prevenção do crime poderão (...) precluir a aplicação do regime, designadamente quando a ele se opuserem considerações de prevenção geral sob a forma de exigências mínimas e irrenunciáveis de defesa do ordenamento jurídico”.<sup>33</sup>

No mesmo sentido, podemos referir o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 23.03.2017, onde se considerou “a personalidade do recorrente, manifestada na prática do crime de homicídio tentado, a intensidade da vontade criminosa revelada na execução do mesmo e o modo desapiedado e sanguinário com que o realizou”.

Segundo o Acórdão, estas ações do arguido prejudicam um juízo positivo sobre a verificação dos pressupostos do referido art. 4º.

Mais ainda, “Nos crimes de homicídio, ainda que na forma tentada, as exigências de prevenção geral positiva são sempre especialmente intensas (...) o recorrente apresenta uma especial imaturidade (...) dificuldade de gestão das emoções”<sup>34</sup>. Ou seja, aqui as exigências de prevenção geral são vistas como fundamentais para a determinação da pena, mesmo tratando-se de um jovem.

Como o crime em questão é de elevada gravidade, colocam-se dúvidas sobre a atenuação da pena.

Ainda na mesma corrente jurisprudencial, trazemos à colação o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 09.04.2018, em cujo aresto se decide sobre um caso de homicídio: “Mas, mesmo não partindo da gravidade dos factos, o juízo sobre

---

<sup>32</sup> Artigo 25º, n.º 2 do Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos aprovado pelo DL n.º 323-D/2000, de 20 de Dezembro: Disponível em:

<https://dre.pt/pesquisa/-/search/315335/details/maximized>

<sup>33</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29.04.2009

<sup>34</sup> Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 23.03.2017

as vantagens para a reinserção social do arguido não pode olvidar a refração de duplo sentido da personalidade para os factos e destes para aquela”.

Conseguimos, assim, chegar à conclusão que não se aplicou a atenuação da pena pela gravidade do crime. Suscitaram-se dúvidas em relação às vantagens para a prevenção especial, tendo em conta as ações praticadas pelo jovem.

Sendo o presente episódio muito grave, acreditamos que, analisando o caso com cuidado e atenção, se verifica que a personalidade do jovem expressa na prática do facto indicia a necessidade de uma pena mais longa para a sua ressocialização. Quer dizer que, em regra, sendo o crime muito grave haverá não só maiores necessidades de prevenção geral como especial, o que terá conduzido a que não se atenuasse a pena.

Importa agora fazer referência a um entendimento diferenciado, colocando em destaque o Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 12.09.2007, onde o RPJD foi aplicado, não como diploma subsidiário, mas como regime-regra em matéria de jovens adultos.

Consideramos que a posição, firmada no caso em apreço, apresentou importante relevo. O tribunal não deixou de atenuar a pena em virtude do tipo de ilícito cometido pelo jovem. Pelas palavras do relator Artur Oliveira, “a circunstância de o arguido ter cometido outros crimes não é, só por si, motivo para tal recusa”.

Na verdade, tratando-se de um crime cometido quando o jovem tinha idade entre os 16 e os 21 anos tem sempre de se ter em conta este regime e as necessidades de prevenção especial.

Pondera-se, então, sobre a atenuação especial prevista no art. 4º. Mas, como referimos supra, há, no entanto, situações na jurisprudência em que se decidiu não atenuar a pena, em razão dos limites de prevenção geral, fundamentando-se tal opção.

Na verdade, tendo em conta a redação do art. 4º do diploma e o ponto 7 do seu preâmbulo verificámos que se estabelece a relação entre prevenção especial e geral.

Parece-nos que não fará sentido excluir a atenuação especial da pena com base nas necessidades de prevenção geral. Existe, então, uma grande polémica quanto ao relevo da gravidade do crime/prevenção geral (referida, por exemplo, no já referido Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29.04.2009).

As finalidades deste diploma não se prendem com as prosseguidas pelo direito penal. O regime do Decreto-Lei n.º 401/82 é o “regime-regra” de sancionamento penal aplicável a jovens desta categoria etária (entre os 16 e os 21 anos) e está assente



no pressuposto de uma análise favorável do seu processo de ressocialização. Assim, não tem o seu enfoque em considerações exclusivas sobre a ilicitude do facto, a culpa do agente, critérios de prevenção geral ou, simplesmente, a existência de condenações anteriores.

Na mesma linha de orientação, citamos agora o Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 03.04.2017, que considera que hoje está “perfeitamente adquirida na jurisprudência a ideia de que o poder de atenuar especialmente a pena aos jovens delinquentes é um verdadeiro poder-dever”. Frisa, tal aresto, que “as condições e idade do arguido fazem crer que da atenuação resultarão vantagens para a sua reinserção”.<sup>35</sup>

O arguido cometeu os crimes de violação agravada e de coação, na forma tentada, em contexto institucional e num período transitório da vida. A atenuação especial das penas irá facilitar o propósito da ressocialização, “pois só perante a criação de algumas condições possíveis no encaminhamento na direção dos valores se poderá testar o modo de reação e o desempenho futuro da personalidade do arguido”.

Questionando-se a aplicação da atenuação especial da pena, o juízo deve ser positivo desde que não existam razões fortes para duvidar da possibilidade de reinserção. Os factos, considerados no seu conjunto, fazem, ainda assim e apesar da sua gravidade, sobressair a prevalência das finalidades político-criminais que estão no fundamento do regime penal para jovens.

Os pressupostos que a lei prevê para a aplicação da atenuação especial da pena não partem do facto ou da culpa revelada, mas, diversamente, do juízo prognóstico favorável que possa ser efetuado sobre as vantagens para a reinserção social do jovem condenado.

No que diz respeito a esta temática, o olhar legislativo proclama e manifesta opções consistentes de política criminal.

Porfia-se salientar as finalidades da reintegração e ressocialização dos jovens autores de comportamentos criminais, concedendo ao juiz, de forma implícita, critérios de aplicação orientados para a finalidade da reintegração: regresso à sociedade, sem repetição de comportamento originador de clausura.

Qualquer que seja a via que se priorize, o RPJD é de conhecimento oficioso, não sendo, por este motivo, uma mera faculdade que o juiz possa usar. O Regime tem

---

<sup>35</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 03.04.2017

sempre de se aplicar quando estamos perante uma situação que abrange os jovens entre os 18 e os 21 anos.

A atenuação especial da pena assume-se como poder-dever vinculado quando são efetivos os desígnios que lhe atribuem fundamento e quando, da inerente atenuação da pena que a sua aplicação implica, resultem benefícios promotores da reintegração social e comunitária do jovem.

À partida, a atenuação especial da pena é vista por nós como vantajosa, sublinhando os benefícios que poderão existir quanto à ressocialização do jovem (numa abordagem baseada na prevenção especial).

Porém, esta atenuação não pode ser automática apenas por se tratar de um jovem. Tudo depende do caso, do contexto de cada situação. Não nos podemos cingir a uma única perspetiva. Deve realizar-se uma análise específica para cada jovem, avaliando concretamente os “prós e contras” da atenuação em causa e verificando, igualmente, se há uma forte possibilidade de ressocialização do agente.

Em jeito de conclusão, deixamos aqui o nosso agrado pela ação da jurisprudência de uma forma geral, por seguir aquelas que foram as pretensões do legislador de 82 aquando da elaboração do diploma, fazendo a diferenciação entre os jovens adultos e os demais elementos da comunidade quando chegado o momento da aplicação do direito, como está previsto no artigo 4º.

Contudo, ainda surgem algumas divergências quando se trata de atenuar a pena com base nas exigências de prevenção especial associadas aos jovens ou não atenuar em razão das necessidades de prevenção geral da comunidade. Tendo em consideração os aspetos que já referenciámos em relação aos jovens e às suas fragilidades e os que ainda estão por revelar ao longo do trabalho realizado, a prevenção especial deve ser a prioridade.

#### **IV. Incumprimento dos Instrumentos Internacionais?**

*A criança privada de liberdade deve ser tratada com a humanidade e o respeito devidos à dignidade da pessoa humana e de forma consentânea com as necessidades das pessoas da sua idade. Nomeadamente, a criança privada de liberdade deve ser separada dos adultos, a menos que, no superior interesse da criança, tal não pareça aconselhável (...).*<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Alínea c) do Artigo 37º da Convenção sobre os Direitos das Crianças adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1894&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1894&tabela=leis)

## 4.1 Artigo 37º da Convenção dos Direitos da Criança

A Convenção dos Direitos da Criança, dispõe na alínea a) do art.º 37.º “que nenhuma criança será submetida à tortura ou a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes”.

Não obstante, a verdade é que são descritas situações no Relatório do Observatório Europeu das Prisões, que, tendo em conta a nossa visão, preenchem o conceito de tratamento cruel, o que mais uma vez retrata o afastamento da realidade portuguesa<sup>37</sup> face ao ideal imposto por instrumentos internacionais.

É, assim, confirmado por alguns testemunhos que:

*na Prisão-Escola de Leiria existem queixas de brutalidade recebidas, cães que são usados para intimidar as crianças, forçadas a alinharem-se nuas, bem como um programa que as mantém, nos primeiros meses, fechadas nas suas celas 22 horas por dia sem quaisquer atividades. Noutras penitenciárias também podem existir jovens com idade de 16 anos, que são tipicamente tratados de forma mais severa do que os presidiários adultos com quem estão encarcerados (...)»<sup>38</sup>.*

No domínio prisional, são relatadas queixas de abuso de poder por parte das forças de segurança, bem como, dos guardas prisionais, quanto à forma de lidar com os reclusos.

São reportados casos de violência por parte dos indivíduos em reclusão. Apesar de existirem relatórios médicos comprovativos das agressões que conduzem à abertura de processos disciplinares, desconhece-se o seguimento da investigação dos factos.

Esta questão foi salientada nos múltiplos relatórios do Comité Europeu para a Prevenção da Tortura. A título demonstrativo, ressalva-se, aqui, um caso que ocorreu durante as visitas decorridas entre 2012 e 2013, no EP de Lisboa onde “vários reclusos alegam que foram levados para a “sala 80” onde foram fisicamente atacados pelos guardas”<sup>39</sup>.

Numa das situações, um dos reclusos alega que após ter visto um jovem ter sido esbofeteado, disse ao guarda que não maltratasse uma criança. Depois desta reação, o mesmo foi esmurrado no lado direito da face e colocado na chamada “sala 80”, onde permaneceu sem água ou comida durante esse dia. No momento em que esta visita

---

<sup>37</sup> Pelo menos, até à data do Relatório do Observatório Europeu das Prisões.

<sup>38</sup> Relatório do Observatório Europeu das Prisões, Roma, 2013, págs. 29 e 30.

<sup>39</sup> Texto apoiado pelo exposto no relatório ao governo português relativo à visita a Portugal levada a cabo pelo CPT de 27 de Setembro a 7 de Outubro de 2016, pág. 26. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/cpt/portugal>

aconteceu, por parte da CPT, “o recluso apresentava nódoas negras debaixo do olho direito consistentes com as suas alegações”.<sup>40</sup>

## 4.2 Regras de Beijing

Existe um conjunto de regras mínimas para a administração da justiça, também conhecido por Regras de Beijing<sup>41</sup>, onde se prevê a circunstância dos jovens se encontrarem numa etapa de desenvolvimento crítico e de requererem atenção e assistência especiais, traduzidas na necessidade da adequação das políticas penais e correspondentes legislações.

Nestas regras, no ponto referente à responsabilidade penal, estabelece-se que, nos sistemas jurídicos que reconheçam o conceito de responsabilidade penal para jovens, o seu começo não deverá fixar-se numa idade demasiado precoce, levando-se em conta as circunstâncias que acompanham a maturação emocional, mental e intelectual.

Como objetivos da Justiça da Infância e da Juventude “o sistema de Justiça da Infância e da Juventude enfatizará o bem-estar do jovem e garantirá que qualquer decisão em relação aos jovens infratores será sempre proporcional às circunstâncias do infrator e da infração.”<sup>42</sup>

Embora não seja um instrumento vinculativo, os Estados aplicam as Regras de Beijing através da Convenção sobre os Direitos das Crianças, na qual se encontram vertidas, sendo possível encontrar nelas os “detalhes adicionais quanto ao conteúdo de direitos existentes”.<sup>43</sup>

## 4.3 Princípios Orientadores de Riade

Os chamados princípios orientadores de Riade constam da Resolução nº 45/112, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 14 de Dezembro de 1990, sendo denominados de Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil.

---

<sup>40</sup> Texto apoiado pelo exposto no relatório ao governo português relativo à visita a Portugal levada a cabo pelo CPT de 27 de Setembro a 7 de Outubro de 2016, pág. 26. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/cpt/portugal>

<sup>41</sup> As Regras de Beijing foram adotadas pela Assembleia das Nações Unidas em 1985, no seguimento do sétimo congresso das Nações Unidas para a prevenção do Crime e o Tratamento de Delinquentes, através da Resolução nº 40/33

<sup>42</sup> Regras de Beijing. Consultar: [http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/regras\\_minimas\\_beijing.pdf](http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/regras_minimas_beijing.pdf)

<sup>43</sup> Direitos da Criança na Administração da Justiça, capítulo 10 - Declaração quanto às regras de Beijing

Estes princípios visam a adoção pelos Estados de medidas de prevenção da delinquência juvenil, no sentido de evitar a criminalização e penalização dos jovens, para não causar danos no seu desenvolvimento.

Assim, esta Resolução explicita que:

*deverá reconhecer-se a necessidade e a importância de adotar políticas progressivas de prevenção da delinquência, de efetuar um estudo sistemático e de elaborar medidas que evitem criminalizar e penalizar uma criança por comportamentos que não causem danos sérios ao seu desenvolvimento nem prejudiquem os outros.*<sup>44</sup>

Neste contexto, uma das iniciativas consiste na promoção de oportunidades, em especial, oportunidades educativas, para satisfazer as diversas necessidades dos jovens e servir como enquadramento de apoio para a salvaguarda do desenvolvimento pessoal de todos os jovens.

#### **4.4 A Diretiva da União Europeia 2016/800**

Refletimos, neste momento, sobre a Diretiva (UE) 2016/800 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Maio de 2016 relativa a garantias processuais para os menores suspeitos ou arguidos em processo penal<sup>45</sup>.

A presente diretiva tem por finalidade estabelecer garantias processuais por forma a permitir que os menores, quer sejam suspeitos ou arguidos em processo penal, consigam entender, tanto o processo na série encadeada de atos que o compõem, como as consequências que dele advêm, levando, por último, a uma maior probabilidade de evitar a reincidência.

Este diploma legal diz-nos que estes menores “deverão ser alvo de particular atenção, a fim de preservar o seu potencial de desenvolvimento e acautelar a sua reintegração na sociedade”.

Estão previstos um conjunto de direitos como o direito a ser assistido por advogado (art. 6º), direito a ser acompanhado pelo titular da responsabilidade parental em certas fases do processo (art. 15º) e o direito à informação (art. 4º), que obriga que os menores sejam informados de todos os direitos que lhes assistem por força desta Diretiva.

Como não podia deixar de ser, os arts. 11º e 12º vinculam a importância de optar por medidas alternativas à prisão e, quando não se puder evitar o recurso à privação da liberdade, tem de existir a legítima separação de menores e maiores de idade.

---

<sup>44</sup> Consultar: <http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/principiosriade.pdf>

<sup>45</sup> Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016L0800>

No artigo 12º fica, então, claro que “os Estados-Membros asseguram que os menores que são detidos sejam mantidos separados dos adultos, salvo caso se considere que não o fazer serve o superior interesse da criança”.

A transposição da Diretiva está explícita no art. 24º com a data de 11 de Junho de 2019. A última atualização de lei consiste na Lei n.º 33/2019.

Esta transposição foi realizada, mas com muitas imperfeições. No momento presente, ainda não se tem em consideração as necessidades e vulnerabilidades dos jovens.

Nas prisões, estes continuam sem estar separados dos adultos e os técnicos não têm qualquer preparação específica para lidar com os seus comportamentos.

O supracitado artigo 12º é um princípio que consta, igualmente, da Recomendação (2008)<sup>11</sup> do Comité de Ministros para os Estados-Membros, relativa às Regras Europeias para jovens infratores sujeitos a penas ou medidas<sup>46</sup>.

Na recomendação em causa, mais especificamente no ponto 59.1, defende-se:

*os jovens não devem ser mantidos em instituições para adultos, mas em instituições especialmente designadas para si. Se, no entanto, e a título excecional, os jovens forem mantidos em instituições para adultos, devem ser acomodados separadamente, exceto em casos individuais em que for do seu superior interesse não o fazer.*

Pela leitura deste diploma verificamos que o objetivo primordial será equilibrar a posição mais frágil em que o menor se encontra, dotando-o de direitos acrescidos, para que este, para além de poder participar ativamente no seu processo de defesa, seja julgado da forma mais justa possível.

Neste seguimento, é fundamental referir a Resolução do Parlamento Europeu, de 5 de outubro de 2017, sobre os sistemas e condições prisionais (2015/2062(INI))<sup>47</sup>, que, no seu ponto 30, reafirma:

*a importância de garantir que as crianças na prisão sejam tratadas de maneira a ter em conta o seu superior interesse, nomeadamente, serem mantidas separadas dos adultos em todas as circunstâncias, incluindo durante as transferências entre estabelecimentos prisionais, e terem direito a manter o contacto com a família, a menos que um tribunal decida em contrário; lamenta que em alguns Estados-Membros os jovens delinquentes sejam mantidos em detenção juntamente*

---

<sup>46</sup> Disponível em:

<https://www.euromed-justice.eu/en/document/coe-2008-council-europe-recommendation-cmrec200811-committee-ministers-member-states>

<sup>47</sup> Disponível em:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52017IP0385&qid=1546384176998&from=EN>

*com adultos, expondo-os ao risco de maus-tratos e à violência e privando este grupo vulnerável dos cuidados específicos de que necessita.*

Como melhor veremos, o Sistema Prisional português não assegura o cumprimento total das recomendações, diretivas e convenções por si aceites, previamente. Salientando a importância da harmonia entre as ponderações internacionais e a assimilação nacional, importa ressaltar que o problema agora alvo de reflexão poderia ser atenuado através do cumprimento destas orientações, evitando-se impactos negativos.

#### **4.5 Direitos do Recluso no Código de Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade**

Dispõe o artigo 7º do Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (CEPMPL) da Lei nº 115/2009 de 2 de Outubro que: “a execução das penas e medidas privativas da liberdade garante ao recluso, nomeadamente, os direitos: a) à proteção da sua vida, saúde, integridade pessoal e liberdade de consciência, não podendo ser submetido a tortura, nem a tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos”.

Consideramos que “as ideias de “correção” ou de “educação” não se compadecem com a existência de duros e degradantes regimes prisionais, pressupondo, pelo contrário, o respeito e a salvaguarda da dignidade humana. Só deste modo se fomenta o sentido de responsabilidade e de pertença à sociedade do recluso.”<sup>48</sup>

A vida em ambiente prisional deve orientar-se no sentido de preparar o recluso para a sua liberdade. Indiscutivelmente, os direitos de que goza, enquanto pessoa livre, devem ser assegurados, também enquanto recluso.

O artigo 9º do CEPML não suscita dúvidas quando expõe:

---

<sup>48</sup> (RODRIGUES, 2000) págs. 65 e 66

*1 - Os estabelecimentos prisionais podem ser constituídos por uma ou várias unidades, diferenciadas em função dos seguintes fatores: a) Situação jurídico-penal, sexo, idade, saúde física e mental e outros fatores tendentes à especialização ou individualização do tratamento prisional do recluso (...). 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, devem existir estabelecimentos prisionais ou unidades especialmente vocacionados para a execução das penas e medidas privativas da liberdade aplicadas: (...) c) A jovens até aos 21 anos ou, sempre que se revele benéfico para o seu tratamento prisional, até aos 25 anos (...).*

Consideramos ser imperativa a plena aplicação do estatuído neste dispositivo legal, assumindo que o respeito pelas normas impostas e o surgimento de uma alteração em todo o sistema prisional fará todo o sentido.

#### **4.6 O Observatório Europeu das Prisões**

Juntar jovens com adultos, como acontece em Portugal, compromete uma adequada intervenção educativa e de reabilitação de presos que ainda não iniciaram uma carreira criminal.

Esta realidade configura “uma violação clara” da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança. De acordo com a Convenção, ratificada por Portugal em Setembro de 1990, os jovens até aos 18 anos são crianças e os seus direitos devem ser acautelados como tal.<sup>49</sup>

Cabe agora focar-nos em dados mais concretos sobre os Estabelecimentos Prisionais em Portugal. O Observatório Europeu das Prisões é um projeto desenvolvido através do financiamento do Programa de Justiça Criminal da União Europeia, que conta com oito universidades e institutos parceiros em países diferentes.

Através de análise qualitativa e quantitativa, estuda as condições dos sistemas prisionais nacionais e as respetivas alternativas existentes para a pena de prisão, comparando essas condições com as normas internacionais e os padrões relevantes para a proteção dos direitos fundamentais dos detidos.

Tem por objetivo, também, realçar os exemplos de boas condutas dos diferentes países europeus, quer no que respeita à manutenção das prisões quer quanto à proteção dos direitos fundamentais dos reclusos.

---

<sup>49</sup>Artigo do Jornal Público:  
<https://www.publico.pt/2015/02/12/sociedade/noticia/portugal-e-excepcao-ao-juntar-criancas-e-jovens-em-prisoas-de-adultos-1685272>



Este Observatório<sup>50</sup> realizou um estudo com a intenção de averiguar o ponto em que se encontra o sistema prisional português quando confrontado com as metas internacionais.

Através de um relatório, foram analisadas as condições de admissão dos reclusos quando chegam aos Estabelecimentos Prisionais (EP), as acomodações oferecidas e o apoio oferecido ao ex-detido. Nesta lógica, os autores chegaram a várias conclusões, que confluem num ponto comum: Portugal não se encontra em cumprimento das diretivas a que está adstrito.

Como consta do Relatório do Observatório, o nosso país faz parte do conjunto de países da Europa que mistura nas suas prisões jovens que, apesar de já terem atingido a maioria penal, estão ainda ao abrigo do RPJD, e reclusos que já se encontram em pleno na alçada no Código Penal.

#### **4.7 Um Exemplo ao abrigo da Visão Europeia: Lituânia**

Como já tivemos oportunidade de explicitar em momento anterior, o Observatório Europeu das Prisões desenvolveu um estudo sobre as condições dos sistemas prisionais em oito países europeus.

Neste contexto, escolhemos a Lituânia, por ser um país que também apresenta fragilidades ao nível do funcionamento do sistema prisional, herdeiro ainda do sistema soviético. A Lituânia tem sido, à semelhança de Portugal, objeto de visitas periódicas por parte do Comité de Prevenção para a Tortura (doravante CPT) e foi, igualmente, alvo de considerações pelo Observatório Europeu das Prisões (OEP).

A qualidade e adequação das infraestruturas prisionais face às diretivas europeias foram uma questão salientada e objeto de críticas na visita realizada pelo CPT em 2011. Todavia, desde esse momento, as autoridades empenharam-se num extensivo programa de renovação por todo o país. Atualmente, um número substancial de instalações de detenção foram totalmente remodeladas.

No que diz respeito à acomodação, e apesar da lei nacional não obrigar a uma separação entre os jovens reclusos e os adultos, os menores (todos os que tenham idade inferior a 18 anos) são acolhidos em instalações distintas.

---

<sup>50</sup>Disponível em [http://www.prisonobservatory.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17&Itemid=126](http://www.prisonobservatory.org/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=126)

Para este efeito, no caso de jovens rapazes entre os 14 e os 18 anos, existe uma prisão específica – *Cesis Juvenil Prison* – e no caso das raparigas, são acolhidas numa instituição para mulheres adultas, permanecendo, contudo, numa ala separada destas – a *Ilguciems Women's Prison*.

Podem, em todo o caso, e até aos 21 anos, ser mantidos nessas mesmas instalações a cumprir as penas a que estejam adstritos, até ao final do ano escolar (se esse cumprimento terminar, entretanto) ou até ao fim da pena se o seu comportamento não excluir essa possibilidade.

Ora, as condições que a *Cesis Juvenile Prison* oferecia, sobretudo, no âmbito da prisão preventiva, foram duramente criticadas por organizações internacionais dos direitos humanos.

Assim:

*em Abril de 2011, com a ajuda de fundos governamentais por parte do governo norueguês e com o intuito de melhorar as condições, quer das instalações destinadas à prisão preventiva, quer dos já sentenciados, foi construído um novo estabelecimento. Em Março de 2012, com o suporte dos Fundos Europeus de Desenvolvimento Regionais, foram inaugurados uma escola e um ginásio prisionais.*<sup>51</sup>

Em Abril de 2016, a CPT efetuou, novamente, uma visita periódica. Nesta visita, as inovações feitas e o esforço demonstrado foram objeto de impressões muito positivas por parte do mencionado Comité. No relatório é descrito que quase todos os menores, assim como vários jovens adultos, se encontravam a estudar na escola da instituição, salientando as boas condições a nível de equipamentos que esta oferece, assim como se sublinha o facto de existirem atividades de índole social.<sup>52</sup>

Esta exposição breve sobre a realidade vivida na Lituânia, um país descrito como tendo enfrentado grandes dificuldades no passado, revela que, no espaço de cinco anos, desde a visita periódica de 2011 até à de 2016, as transformações necessárias foram realizadas. Estas alterações contribuíram para uma melhoria substancial das condições dos jovens.

Enquanto cumprem os seus deveres para com a sociedade, devido ao delito que impulsionou a entrada no sistema prisional, os jovens usufruem de instalações que se

---

<sup>51</sup> De acordo com o Relatório elaborado pelo Observatório Europeu das Prisões, disponível em [http://www.prisonobservatory.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18&Itemid=127#JUVENILE\\_PENITENTIARY\\_SYSTEM](http://www.prisonobservatory.org/index.php?option=com_content&view=article&id=18&Itemid=127#JUVENILE_PENITENTIARY_SYSTEM)

<sup>52</sup> Conforme Relatório ao governo lituano relativo à visita à Lituânia levada a cabo pelo CPT de 12 a 22 de Abril de 2016. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/cpt/latvia>

coadunam com a garantia dos seus direitos fundamentais. Acredita-se que esta conjuntura irá ser favorável à reintegração na comunidade que encontrarão à saída.

## **V. Os Jovens no Meio Prisional**

No início do século XX ocorreu uma “chamada de atenção” para a análise concreta dos infratores, nomeadamente, através do estudo dos fatores criminológicos associados ao seu comportamento. Apareceram, desta forma, as primeiras teorias relacionadas com a reinserção social dos reclusos, considerando-a como a principal finalidade da pena.

Começa, assim, a desenvolver-se o estudo da personalidade do infrator e a ressocialização como caminho para a análise teórica das penas de prisão.

Com o passar dos anos, aparecem as diversas redes multidisciplinares, bem como os instrumentos jurídicos para o estudo e a regulamentação do tratamento penitenciário, designadamente, as regras mínimas para o tratamento dos reclusos sobre a prevenção do crime, adotadas pela Organização das Nações Unidas, em 1955, a Recomendação (81) 914, de 29 de Janeiro<sup>53</sup>, a Recomendação (82) 16, de 24 de Setembro<sup>54</sup> e a Recomendação (87) 3, de 12 de Fevereiro<sup>55</sup>.

A vida em comunidade só é possível se existir, por parte do Estado, o cumprimento dos fins de segurança e justiça. Como tal, a pena de prisão aparece como um “mal necessário” e como forma de assegurar esses fins.

Neste sentido, salientemos o Preâmbulo do Código Penal de 1982, “no momento atual, não pode o Código deixar de utilizar a prisão”.

Isto significa que, apesar de todas as contraindicações da pena privativa da liberdade, esta continua a ser a medida principal do conjunto de punições. Não se vislumbra o que colocar no seu lugar.

A pena de prisão apresenta várias falhas, sobretudo para a pessoa do recluso. Todavia, cria a sensação por parte da sociedade de que foi feita justiça, atingindo-se, assim, a paz social. Têm sido feitos esforços no sentido de dar prevalência à aplicação de outras penas não privativas da liberdade e de criar penas alternativas.

---

<sup>53</sup> Defende as mudanças sócio-culturais no tratamento dos reclusos.

<sup>54</sup> Refere-se às saídas da prisão durante o cumprimento da pena.

<sup>55</sup> No seguimento da Resolução (73) 5, de 19 de Janeiro, e da Recomendação (81) 914 estabelece as regras prisionais europeias, promovendo e implementando diversos objetivos e princípios reguladores desta matéria.

O artigo 70.º do Código Penal enuncia que, se forem aplicáveis ao crime, em alternativa, pena privativa e pena não privativa da liberdade, o tribunal deve dar preferência à aplicação desta última, sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

Existe o conhecimento elementar dos efeitos nocivos que a aplicação de uma pena privativa da liberdade pode representar. A execução da pena de prisão deve ser orientada para a reintegração do recluso na sociedade após a sua libertação. Porém, a aplicação de uma pena privativa da liberdade pode ter o efeito inverso.

Há autores que afirmam que a prisão é verdadeiramente dessocializadora. Existe, ainda, uma grande descrença quanto à eficácia desta pena, principalmente no que concerne à reabilitação dos reclusos.

Atualmente, assiste-se a um excesso de população prisional. Por isso, os estabelecimentos prisionais não conseguem responder às necessidades de socialização, nem se encontram motivados para tal.

Como prova de que algo não está a correr bem no nosso país, encontramos o Relatório apresentado à Comissão Europeia em janeiro de 2015 pelo Observatório Europeu das Prisões, que aponta várias falhas de Portugal no que respeita às condições dos reclusos menores de 18 anos, começando desde logo por ser o único dos oito países analisados que tem jovens a cumprir pena juntamente com adultos, como já referido anteriormente.

Já o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT) alerta para o facto de que “acomodar juntos um jovem e adultos inevitavelmente traz consigo a possibilidade de dominação e exploração”.<sup>56</sup>

Apesar dos muitos avanços que já se verificaram na temática das condições dos reclusos nas prisões, diretamente ligados ao desenvolvimento dos Direitos Humanos, o meio prisional ainda se caracteriza pela violência, justificado, em grande parte, pelo facto dos reclusos terem um historial marcado pela violência, como vítimas e/ou agressores.

Em Portugal, por vezes, o tratamento dos guardas prisionais para com estes jovens reclusos também não é o melhor, podendo mesmo “ser tratados de forma ainda mais severa que os adultos”.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Relatório de 2012 do CPT, pág.29

<sup>57</sup> (DORES/PONTES/LOUREIRO, 2013) pág.29

Esta circunstância foi fortemente criticada pelo CPT que recebeu queixas de que “vários jovens e jovens adultos (...) foram sujeitos a chapadas, murros e pontapés nas suas celas por um ou mais guardas (...) aparentemente por terem falado durante as refeições, provocarem verbalmente os guardas ou porque queriam que confessassem alguma ofensa”.<sup>58</sup>

Acabamos por constatar que um jovem, ao ingressar no estabelecimento prisional e ao deparar-se com pessoas mais velhas, adotará a postura que lhe pareça necessária para se integrar, havendo grande probabilidade de esta não ser a mais correta. Provavelmente, o menor assumirá valores negativos e ficará com os seus padrões morais e éticos deturpados.

Podemos identificar vários fatores negativos associados à detenção do jovem, quer de forma preventiva, quer de forma efetiva, nomeadamente, a instabilidade emocional provocada, que se traduzirá em situações de choque, ansiedade, medo, revolta.

A distância a que poderá ficar do seu meio de origem levará a um menor acompanhamento das famílias, com menos capacidades económicas, e ao desaparecimento de algumas amizades que o jovem tinha.<sup>59</sup>

Os resultados nefastos são comuns à estadia no estabelecimento prisional, seja ele para adultos ou para jovens, pois são provocados, em grande medida, pelo facto de estarem privados da liberdade.

Não obstante, a convivência com a população prisional, que não apenas a da mesma faixa etária, trará resultados ainda mais desastrosos, pois os riscos são acrescidos. Nomeadamente, o maior risco de serem vítimas de agressões físicas, psicológicas e sexuais.

Além disso, estes locais não estarão sequer preparados para acolher esta população com características diferentes da restante, não tendo um apoio diretamente direcionado a esta faixa etária nem atividades adequadas. Como resultado, temos os jovens numa posição mais fragilizada.<sup>60</sup>

É possível concluir que, se os jovens estivessem num centro tutelar educativo ou numa prisão apenas com pessoas da sua idade, o acompanhamento psicológico e atividades adequadas à sua idade estariam mais facilmente assegurados. Mais uma vez, é notória a importância de implementar esta separação.

---

<sup>58</sup> Relatório de 2013 do CPT, pág.8

<sup>59</sup> (LOPES, 2014) págs.28 e 29

<sup>60</sup> (SILVA, 2017) pág. 3

Não será exagero dizer que a passagem por uma prisão é traumática para estes jovens, que poderão sair ainda mais desorientados do que quando entraram. Mesmo com a passagem do tempo há certas consequências que perduram, como a dificuldade em arranjar emprego e até a própria relação com a família pode ser afetada por esta passar a vê-lo de forma diferente.<sup>61</sup>

## **5.1 A Realidade à luz da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais**

O sistema prisional é visto como um subsistema de um sistema mais vasto de execução de medidas sancionatórias aplicadas pelos Tribunais, que se encontra no âmbito das competências da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).

A DGRSP, segundo o Decreto-Lei n.º 123/ 2011, artigo 12º, n.º 1:

*tem por missão o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social.*

Nos dias de hoje, o nosso Parque Prisional é composto por 49 Estabelecimentos Prisionais (doravante EP), sendo que a população reclusa rondava os 13.749<sup>62</sup> em 2017. Existe uma *ratio* excessiva de presos por cem mil habitantes.

Tendo em conta esta realidade, surgiu o compromisso do XXI Governo Constitucional, que se prende com a elaboração e início da execução de um plano, com o horizonte de uma década, tendo como objetivo racionalizar e modernizar a rede de estabelecimentos prisionais e ajustar a rede nacional de centros educativos.

Se tivermos em consideração os projetos de mudança cruciais neste campo, como a reforma prisional de 2010 e o processo de fusão dos serviços de execução de sanções criminais e medidas tutelares educativas de 2012, concluiremos que as reformas não foram efetuadas no seu todo.

As limitações orçamentais dos anos passados impossibilitaram a renovação e requalificação de equipamentos e infraestruturas e, para além disso, os restritos recursos técnicos e humanos restringiram a prática de qualquer intervenção.

Importa, por isso:

---

<sup>61</sup> (SILVA, 2017) pág.20

<sup>62</sup> Dados estatísticos fornecidos pela DGRSP, disponíveis em <http://www.dgsp.mj.pt/>

*identificar com realismo e alocar à DGRSP os meios adequados à construção de uma organização que corresponda a uma intervenção de justiça qualificada e efetiva, orientada para os fins das penas e da educação para o direito dos menores delinquentes, diferenciada em função dos riscos e necessidades individuais dos destinatários e dos diferentes contextos de atuação, flexível, complementar e não redundante, dignificadora para os destinatários da sua ação e dignificante para os seus profissionais*<sup>63</sup>.

Os Estabelecimentos Prisionais foram concebidos para uma realidade diferente, não tendo capacidade para responder às atuais exigências do quadro legislativo/prisional, daí as suas carências evidentes. As condições de segurança deviam assentar mais no elemento pessoal do que na própria estrutura edificada.

Aparece, neste sentido, “paralelamente à necessidade de requalificar o parque penitenciário português com obras de remodelação, beneficiação e amplificação daqueles estabelecimentos, a necessidade de se construírem alguns novos e de encerramento de outros que já não reúnem as condições mínimas para se manterem em funcionamento”.<sup>64</sup>

*O enorme esforço financeiro que há que mobilizar, quer ao nível nacional quer ao nível do próximo quadro financeiro de 2030, e que se estima rondar as quatro centenas de milhões de euros, precisa de ser equacionado e programado, não só no ciclo dos exercícios orçamentais anuais, mas também nos programas nacionais de investimento. Grande parte deste investimento, cerca de metade, refere-se a infraestruturas e equipamentos, sem contar com o esforço financeiro que terá de ser equacionado ao nível do contingente de pessoal considerado necessário para fazer face ao leque de opções estratégicas alinhadas.*<sup>65</sup>

Centrando a nossa atenção nos fatores contextuais descritos anteriormente, salientamos que o Relatório do Ministério da Justiça sobre o Sistema Prisional Português engloba as lacunas e imperfeições que caracterizam os EP. Ao invés de evidenciar os problemas vigentes, interessa atentar nos destinatários das medidas que pretendemos defender.

De acordo com os dados estatísticos fornecidos pela DGRSP, no que respeita ao problema relativo à sobrelotação, a 31 de Dezembro de 2017 a lotação máxima prevista para os EP seria de 12.694 reclusos, todavia, podíamos encontrar 13.440 encarcerados e, portanto, um excesso populacional de 746 pessoas.<sup>66</sup>

---

<sup>63</sup> Assim (JUSTIÇA, 2017) págs. 3 a 11

<sup>64</sup> *Idem*, pág. 26

<sup>65</sup> *Idem*, pág. 129

<sup>66</sup> Ver a este propósito artigo disponibilizado pelo jornal Público, disponível em: <https://www.publico.pt/2018/10/23/sociedade/noticia/ha-prisoas-graves-problemas-sobrelotacao-18484>  
82

Passando para o ano de 2018, havia, nos nossos EP, 854 jovens do sexo masculino com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos num universo de 12039 reclusos e ainda 46 jovens do sexo feminino num universo de 828 reclusas, perfazendo um total de 900 jovens adultos nas cadeias portuguesas.<sup>67</sup>

Quanto aos Guardas Prisionais à data supracitada, existia em Portugal um *ratio* de 3,05 reclusos por guarda, tendo em linha de conta que, para o total de presidiários exposto nos dados mencionados, existiam no ativo 4.336 guardas de ambos os sexos.<sup>68</sup>

Finalmente, no que diz respeito aos espaços físicos destinados ao cumprimento de pena privativa da liberdade, o parque prisional conta, como já referido, com 49 EP, que, na sua maioria, não se encontram em condições adequadas, com acentuadas falhas ao nível dos equipamentos funcionais.

Nesta ordem de ideias, sustentamos a divisão física nos próprios EP dos jovens entre os 16 e 21 anos. Serão, assim, abrangidos pelo direito penal no que concerne à questão da imputabilidade em razão da idade e, igualmente, protegidos pelo RPJD.

A solução passaria pela conciliação entre a reabilitação estrutural e funcional em todos os EP e pela execução efetiva das resoluções, diretivas e recomendações, tanto europeias como nacionais, respeitando as outras áreas do saber que nos dão a perceção dos efeitos a médio/longo prazo da convivência prisional destes jovens com adultos de níveis de criminalidade e perigosidade díspares.

## **5.2 Perspetiva da Psicologia: O Efeito Criminógeno**

Do latim *delinquere*, o termo delinquência significa fazer algo errado, algo que sai dos parâmetros da normalidade imposta pela comunidade espácio-temporal situada e que, tendencialmente, incorre na prática de um facto dotado de uma qualquer forma de ilicitude.

Nos dias de hoje, existem múltiplas razões para o surgimento dos comportamentos desviantes adotados por jovens, sendo:

---

<sup>67</sup> Tabela demonstrativa dos reclusos existentes em 2018, segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade. Consultar: <http://www.dgsp.mj.pt/>

<sup>68</sup> Tabela demonstrativa do nº de trabalhadores na DGRSP em 2018. Consultar: <http://www.dgsp.mj.pt/>



*indiscutível que a zona onde se reside influencia as opções que crianças e jovens dispõem. A prevalência territorial de certos padrões de vizinhança e de redes sociais que facilitam o acesso a estruturas de oportunidade ilegais constituem importantes variáveis de análise (...). O exercício de delinquência é, na maioria das vezes, parte integrante de uma cultura de desregulamento social fortemente amplificada pelos media, onde muitas crianças e jovens crescem (...).*<sup>69</sup>

Do ponto de vista de Maria João Leote, “de uma maneira geral, crianças e jovens são eloquentes sobre as suas relações sociais, sobre a importância de determinados valores e também sobre a delinquência nas suas vidas (...)”<sup>70</sup>.

Contudo, consideramos não ser possível deixar de ter em atenção o facto de se tratar de pessoas que, como se encontram num etapa precoce do seu desenvolvimento, são demasiado suscetíveis de cair nas tendências de grupo e, caso se encontrem em ambientes propícios a tal, vão, através da sua conduta, espelhar o que conheceram.

Michel Born defende que, “segundo a perspetiva psicossocial, atos de delinquência são atos sociais, isto é, atos que põem em ligação os seres humanos, sem que isso aconteça necessariamente numa relação imediata, no aqui e agora”.<sup>71</sup>

Ser jovem adulto, “numa perspetiva sócio-criminológica, visa abranger todos os indivíduos que, tendo deixado a adolescência, não adquiriram ainda autonomia e a maturidade pessoais implicadas na inserção e interação social que traduzem a vida adulta.”<sup>72</sup>

A fase da juventude é considerada como uma fase de incertezas, transições e inseguranças. Os jovens passam por mudanças, que nem sempre correspondem às suas esperanças e expectativas, pondo em causa a sua capacidade de resistência às frustrações. “A oportunidade de enveredar pela marginalidade e a delinquência pode tornar-se então mais sedutora, oportuna e de aproveitar quanto mais entediante ou desesperada foi a sua situação”.<sup>73</sup>

Como assinalado anteriormente neste trabalho, a ausência de estabelecimentos especializados para a execução da pena torna necessário o seu cumprimento em prisões comuns às dos adultos, com as variadas consequências já referidas. Será também imprescindível ponderar sobre a fase do desenvolvimento humano em que se encontram os jovens reclusos.

---

<sup>69</sup> (CARVALHO, MARIA JOÃO LEOTE 2016) pág. 89

<sup>70</sup> (CARVALHO, MARIA JOÃO LEOTE 2016) pág. 89

<sup>71</sup> (BORN, 2005) pág. 19

<sup>72</sup> (DUARTE-FONSECA, 2001) pág. 252

<sup>73</sup> (DUARTE-FONSECA, 2001) pág. 253

A adolescência é, por consenso, pautada por crises existenciais, para as quais o contexto prisional, presumivelmente, contribuirá de forma negativa e desfavorável à adequação dos comportamentos.

Neste sentido, o cumprimento da pena de prisão por parte do jovem adulto delinquente no contexto de uma prisão do regime geral torna-se, de certa maneira, um agravamento da sanção penal em si mesma, cujo efeito prático pode ser duplamente retributivo e pode gerar efeitos contrários no domínio da prevenção individual de novos crimes por parte do jovem.

Por outro lado, a dispersão dos jovens reclusos por todo o país em vez da sua concentração num estabelecimento especializado potencia, também, o seu desenraizamento e desproteção.

Todavia, o problema coloca-se, também, em relação à distância familiar e do meio-ambiente habitual, o que pode influenciar negativamente o comportamento do jovem.

Confirmamos que o legislador tem realizado estudos sobre esta matéria, mostrando como exemplos as propostas de Lei nº 275-VII, nº 45-VIII e do projeto de Lei nº 53 - IX, no âmbito dos quais previu uma modificação neste âmbito. Contudo, a única constatação a fazer é que nenhuma das propostas estudadas logrou merecer aprovação e que o dito regime se mantém em vigor, apesar das circunstâncias justificarem regras diferentes.

Os estudos realizados na área da psicologia demonstram, efetivamente, que há uma ligação intrínseca entre esta fase do crescimento e o cometimento de infrações devido à busca de sensações e à atração pelo desconhecido.

Consideram, tais estudos, que a fase nuclear do comportamento desviante ocorre entre os 15 e os 17 anos e que existe uma diminuição do comportamento transgressor e delinquente ao atingir-se a idade adulta.

Torna-se de difícil compreensão a ociosidade do legislador ao não alterar o conteúdo normativo do Decreto-Lei nº 401/82. Porquanto, as ciências sociais abordam teorias e conhecimentos práticos relativos ao momento do desenvolvimento em causa, que podem fomentar uma distinta interpretação dos fenómenos a ser regulados. Este contributo de cariz, essencialmente, psicológico e social, deve ser tomado em consideração pelo legislador.

Existem perspetivas muito diferentes no que diz respeito ao tratamento dos jovens adultos delinquentes.

A doutrina diverge significativamente quando confrontada com a necessidade de encontrar a resposta adequada. Com efeito, existe doutrina<sup>74</sup> que considera que o problema dos comportamentos desviantes é patológico e, portanto, psiquiátrico, devendo estes jovens ser acompanhados por técnicos de saúde, que os orientem em atividades que fomentem o seu desenvolvimento e equilíbrio sócio-emocional.

Noutra linha de raciocínio, existem autores<sup>75</sup> que consideram que o jovem adulto delinquente deverá estar integrado no plano jurídico-penal, no sentido da sua reeducação ser assegurada pelo sistema de justiça, por forma a confrontar o jovem com a realidade ensinando-lhe e demonstrando-lhe a consequência dos seus atos e levando-o a compreender a dimensão.

Realçando os efeitos psicológicos negativos que a estadia de um jovem num estabelecimento prisional pode importar, trazemos à colação, como exemplo demonstrativo, o conhecido estudo levado a cabo por Philip Zimbardo, professor de Psicologia da Universidade de Stanford, em 1971.<sup>76</sup>

Esta experiência consistiu na realização de uma simulação do dia-a-dia vivido num estabelecimento prisional. Juntou-se um grupo de jovens para encarar este desafio dentro da Universidade com a direção de profissionais da área da Psicologia, incluindo o designado Zimbardo.

Foram divididos em dois grupos, um que simulava a função de “guarda prisional” e outro de “recluso”. O estudo tinha uma duração planeada de quinze dias, todavia, não logrou manter-se após o sexto dia, em virtude das alterações dos comportamentos conduzidos pelos “guardas prisionais”, e, conseqüentemente, das perturbações manifestadas pelos “reclusos”.

Avaliando a perspetiva relatada por Philip Zimbardo, é possível compreender que, ainda que a experiência tenha sido efetivada num ambiente simulado, são variadas as causas que levam ao desenvolvimento de perturbações psíquicas em meio prisional.

A violência verbal, a imposição de sentimentos de inferioridade em virtude da prática de um crime, a barreira entre guardas e reclusos que implica uma subserviência dos segundos face aos primeiros sob pena de incorrer em punições, são apenas alguns exemplos de situações vividas nos estabelecimentos.<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> (SEAGRAVE, D. & Grisso, T., 2002), págs 230 e ss.

<sup>75</sup> (THOMAS, C. R. & Penn, J. V., 2002), págs. 731 a 748

<sup>76</sup> (ZIMBARDO, 2007)

<sup>77</sup> (ZIMBARDO, 2007) pág. 107

Nesta experiência, o que sobressaiu foi o comportamento abusivo dos guardas, que apenas traduziu uma conduta que pode ser vivida na relação entre guardas e reclusos, nos respetivos estabelecimentos prisionais.

Como consequência imediata destas práticas, quer sejam conduzidas pelos agentes, quer por outros reclusos com quem contactam, os jovens aquando da sua permanência na prisão, tendem a criar laços com outros presidiários.

Isto acontece com o objetivo de, por um lado, atenuar o isolamento característico da privação da liberdade e, por outro, como uma medida de proteção contra possíveis manifestações de violência intra-prisional, aliando-se e reproduzindo o efeito de grupo que mantinham em liberdade.

Tendo em conta tudo o que foi exposto anteriormente, entendemos ser contraproducente juntar jovens, com mentalidades ainda em formação e facilmente manipuláveis, com adultos que possam exercer qualquer tipo de autoridade e influência nas suas ações.

O jovem que, quando entrou no ambiente penitenciário, tinha, somente, os conhecimentos que utilizou por forma a realizar o crime pelo qual é punido, quando sai do estabelecimento, está dotado de um leque alargado de novas aprendizagens. Estas podem significar uma ponte para uma maior taxa de reincidência, e também para uma agravação do tipo de crime praticado. É este o efeito que pretendemos evitar com a divisão dos EP entre jovens até aos 21 anos e os demais reclusos.

### **5.3 Voltar à Sociedade: A Reinserção Social**

A finalidade de prevenção tem tido um destaque evidente nos valores orientadores da administração da justiça, secundarizando a finalidade retributiva do direito penal. Assim, o direito de punir passa a justificar-se à luz da necessidade e a pena alcança uma finalidade dirigida à prevenção do cometimento de outros crimes.

O paradigma do direito penal tem mudado com o decurso do tempo e, no que concerne à sua finalidade, consideramos que, com o surgimento do direito penal liberal, a intervenção punitiva dos Estados passou a ser feita com base na proteção de bens jurídicos.

Razão pela qual, a resolução dos litígios deixou de ter lugar através da “vindita privada” e passou a assentar na ameaça ou na efetiva aplicação da pena. Adotou-se, nesta medida, um novo regime de aplicação das penas e de regulação social,

aplicando aos reclusos um conceito de “pertença à comunidade”<sup>78</sup> e passando a comunidade a aceitar os reclusos como sua parte integrante, sem os colocar à margem.

Sabemos que cabe ao Estado a criação de oportunidades de mudança, e tendo em conta as necessidades da reclusão, estas devem ter subjacente uma lógica de prevenção da reincidência do recluso e de obrigação de o proteger dos abusos de poder que possam surgir. Porém, por mais pilares de apoio que sejam dados aos reclusos, a criminologia tem aceite que a prisão, além do efeito dessocializador imediato inerente ao afastamento da comunidade e à convivência com um estrato social desestruturado, como é a população reclusa, tem efeitos mediatos verificáveis aquando do regresso à comunidade de origem.

Chegamos à conclusão que a realidade prisional pode conduzir à obtenção de uma finalidade contrária, pelo facto da prisão produzir efeitos negativos no recluso.

O dia-a-dia nos estabelecimentos penitenciários expõe o recluso a ambientes de intimidação e violência a que acresce o facto das suas atividades quotidianas não serem determinadas por si, fomentando a sua falta de responsabilidade e a não adoção autónoma de hábitos de vida responsáveis.

O Estado deve assumir um papel essencial no combate aos fatores dessocializadores *supra* referidos.

Neste âmbito, se durante a generalidade do século XX se entendeu que a intervenção do Estado deveria ser orientada por um princípio “terapêutico”, considerando-se que o delinquente era “portador de uma patologia social”, o paradigma atual da intervenção do Estado aponta no sentido da responsabilização do recluso, aceitando-o como sujeito de direitos<sup>79</sup> e obrigações.

Com a implementação desta recente conceção (finais do mesmo século) impuseram-se novos planos e regulamentos, nomeadamente o Decreto-Lei nº 265/79, de 1 de Agosto. No seu artigo 9º prevê-se a elaboração, para cada recluso, de um Plano Individual de Readaptação em cumprimento das finalidades de reintegração no ambiente social de origem após o cumprimento da pena.

---

<sup>78</sup> (RODRIGUES, 2000) pág. 42

<sup>79</sup> Nomeadamente, os direitos fundamentais do recluso devem ser restringidos apenas na medida do necessário para a execução da pena- artigos 4º e 30º nº4 do DL nº 265/79, de 1 de Agosto.

Para além disto, como já referido anteriormente, temos de ter sempre em atenção o artigo 9º do CEPMPL, ainda em vigor, que prevê a separação dos jovens de forma muito explícita.

O Plano Individual de Recuperação (PIR) deve ser elaborado com base na observação permanente do recluso, nomeadamente, incluindo elementos sobre a sua personalidade, meio económico-social e familiar, as formações obtidas durante a execução da pena, o seu grau de escolaridade, regime de internamento e restantes informações que se mostrem úteis para possibilitar a sua ressocialização durante e após o cumprimento da pena.

Não obstante, o PIR, embora considerado fundamental, é muitas vezes relegado para segunda prioridade e o recluso fica à mercê da “vontade social”, tendo em consideração múltiplos fatores que devem ser avaliados com atenção<sup>80</sup>.

O trabalho realizado ao longo do período da reclusão, apenas trará repercussões positivas na vida quotidiana, se for alvo de continuidade aquando do regresso ao contexto habitual. Os apanágios ideais da reeducação do jovem, alicerçados no reconhecimento da importância dos valores sociais, só terão sucesso se existir apoio e acompanhamento.

## **VI. Proposta de Resolução: Separação entre Adultos e Jovens**

Como já observámos, o DL 401/82 foi publicado há mais de vinte anos. O XV Governo Constitucional veio, através do Projeto de Lei 53/IX, defender um regime próprio para os jovens, assente na sua particularidade e peculiaridade.

No Projeto em causa estava conjecturada a construção de centros de detenção que deveriam “possuir uma configuração arquitetónica que os distinga das prisões, salvaguardados os aspetos relativos a segurança, localizados em espaços urbanos e disseminados pelo país”.<sup>81</sup>

Após uma avaliação pormenorizada do Projeto de Lei, verificámos que já no ano de elaboração do DL 401/82, o legislador considerava que o jovem deveria responder pelo

---

<sup>80</sup> De entre os múltiplos fatores que inquinam a elaboração do P.I.R., podem-se elencar, nomeadamente, os seguintes: i) aquando da entrada na prisão, dever-se-ia realizar uma entrevista individual, o que não se verifica, ii) a falta de recursos humanos necessários ao acompanhamento dos progressos do recluso, iii) a falta de formação dos técnicos, iv) a sobrelotação, v) as constantes alterações legislativas, vi) a ausência de regras e falta de formação do recluso, vii) falta de critérios uniformes para preenchimento dos relatórios. (LOPES, 2014) pág.26.

<sup>81</sup> Projeto de Lei n.º 53/IX Disponível em:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=19067>

seu comportamento desviante, contudo, esta responsabilização teria de ser sensível às próprias necessidades e condições dos jovens nesta fase da vida.

Neste documento preceitua-se que:

*quando aplicada a jovens adultos, a pena de prisão é, em qualquer caso, executada em estabelecimentos especificamente destinados a jovens ou em secções de estabelecimentos prisionais comuns afetadas a esse fim. Esta diferenciação permitirá a reorientação da execução das penas no que respeita a matérias que a experiência revelou problemáticas, nomeadamente a alfabetização e a escolaridade, a iniciação de atividades laborais e de formação profissional, o apoio e enquadramento psicológico, a toxicodependência e a constituição de comunidades de interesses.*<sup>82</sup>

Observando do ponto de vista da prevenção geral, a permanência numa prisão pode ser uma vivência que trará respostas positivas na relação com as legítimas expectativas da Comunidade.

Não obstante, quando olhamos para a ótica da reinserção social do jovem, é recomendável:

*Tratamento penal especializado ao nível das consequências jurídicas do crime e prevendo a aplicação da medida de internamento em centro de detenção, em alternativa à aplicação da (...) pena de prisão, sempre que se considere que a pena de prisão é desnecessária e prejudicial à sua reinserção social, evitando, tanto quanto possível, os efeitos estigmatizantes da prisão.*<sup>83</sup>

Somos da opinião que, para adotar um sistema de leis mais próximo da justiça do que da mera aplicação do direito, é urgente implementar novas soluções. Não esquecer a referência, nesta questão, à ideia defendida por Leonor Furtado<sup>84</sup> da necessidade de formação dos profissionais que com estes jovens trabalham. Dos imensos profissionais que têm ligação com estes indivíduos, raros são os que têm efetiva condição para o fazer.

O conhecimento dos atos processuais, o tratamento e a forma de interação com o jovem são questões que merecem toda a atenção.

Uma orientação para quem trabalha no terreno é a necessidade de sensibilização das Ordens, Conselhos e demais entidades, para a formação específica dos profissionais, para ajudarem os jovens a desenvolver o sentido do direito.

Não podemos esquecer, de todas as formas, que muitos destes jovens já foram intervencionados ao abrigo da LTE. Para que qualquer medida seja eficaz, é necessário

---

<sup>82</sup> *Idem*

<sup>83</sup> (FURTADO, 2013) pág. 117

<sup>84</sup> (FURTADO, 2013) pág. 119

que seja aplicada quando ainda haja uma refração na consciência de quem a irá sofrer e que tenha uma ligação lógica face à conduta que a despoleta.

Revela-se, assim, fulcral a existência não só de uma maior celeridade nos processos que envolvam jovens, para que ainda seja possível a sua reeducação para o direito, como também, um aumento do número de pessoas que estão envolvidas, permitindo que essa celeridade se torne efetivamente possível.

A legítima defesa dos direitos humanos em sentido lato é a nossa terceira sugestão para o problema presente. Tivemos oportunidade de tentar demonstrar nesta exposição que a prisão é, muitas vezes, sinónimo de atropelo a direitos que são fundamentais e princípios basilares de uma sociedade que se pauta pela defesa da dignidade humana.

Prevalece o direito constitucional quando nos ensina que “a integridade moral e física das pessoas é inviolável”, assim como “nenhuma pena envolve como efeito necessário a perda de quaisquer direitos civis, profissionais ou políticos”<sup>85</sup>.

Desta forma, o entendimento de que o recluso é igualmente cidadão, merecedor de ver os seus direitos defendidos e de um mínimo de existência condigna, atentando que tal consideração deverá ser reforçada quando nos encontramos em face de um jovem, é fundamental para perceber o que pode ser mudado no nosso sistema prisional.

Na mesma linha, propomos o repensar sobre o modo de atuação dos operadores da justiça, no sentido de elaborar um estudo nacional com dados atualizados e reais, da situação de maus tratos vivida nos estabelecimentos prisionais, por forma a garantir que a violação da dignidade da pessoa humana e a sujeição a tratamentos cruéis e desumanos sejam criminalmente punidos.

No nosso ordenamento jurídico, os critérios da prevenção geral quanto à expectativa do restabelecimento da confiança na norma violada aplicam-se a todos os membros da comunidade independentemente do seu atual grau de liberdade.

Para esta nossa sugestão temos como apoio os relatórios elaborados pelo Comité Europeu para a Prevenção da Tortura, e os dados estatísticos por si solicitados referentes aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, que não foram atendidos.<sup>86</sup>

Para finalizar, todos os passos levam à separação física dentro dos próprios estabelecimentos prisionais entre os jovens (ao abrigo do RPJD) e os adultos.

---

<sup>85</sup> Artigos 25º, n.º 1 e n.º 4 do artigo 30º, respetivamente, da Constituição da República Portuguesa.

<sup>86</sup> Artigo exposto em Diário de Notícias, de 20 de Março de 2018, disponível em: <https://www.dn.pt/portugal/interior/estado-assume-nao-ter-dados-sobre-a-violencia-policial-9199560.html>



A ratificação do RPJD em 1982 tinha como pressuposto a construção de centros de detenção, ou seja, instalações onde os jovens até aos 21 anos<sup>87</sup>, cumpririam as penas aplicadas pelo tribunal.

A execução das penas de prisão aplicadas a jovens seria dirigida conforme o disposto no já revogado Decreto-Lei n.º 265/79, de 1 de Agosto, nomeadamente no art. 160º, por remissão do art. 12º do RPJD, segundo o qual, os jovens adultos seriam inseridos em estabelecimentos prisionais especiais, ou a secções de estabelecimentos onde poderiam ficar, mediante autorização, até aos 25 anos.<sup>88</sup>

De seguida, temos de referir a Lei 115/2009, de 12 de Outubro, do Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (CEPMPL), que veio revogar o DL de 1979, com várias disposições que foram reservadas ao modo de lidar com jovens encarcerados em prisões.

Neste contexto, Carolina Girão Santos afirma que:

*são indubitavelmente bem intencionadas as disposições do CEPMPL, como o art.º 4º/1, que estabelece os princípios especiais da execução das penas aplicadas a jovens até aos 21 anos, o art.º 9º/2/c, que estatui como regime-regra a existência de estabelecimentos prisionais ou unidades especialmente vocacionadas para a execução das penas, e o art.º 21º/2/6, que consagra a obrigatoriedade da elaboração do plano individual de readaptação, se possível participado. A estada na prisão não deixa de constituir, todavia, um labéu indeleável.*<sup>89</sup>

Estamos perante uma clara ausência de realização prática e não propriamente de um erro legislativo. Estes ditos centros de detenção não passaram de um diploma que os previu e nada mais.

Aliás, mesmo que estes centros de detenção existissem, também só seriam aplicados para penas até dois anos. Estes centros deveriam incluir, igualmente, as penas mais longas ou, em alternativa, existir a possibilidade de construção de estabelecimentos

---

<sup>87</sup> Preâmbulo do RPJD: “o juiz, (pode) quando assim o julgar conveniente, decidir-se pelo internamento em centros de detenção, internamento que, também ele, pode ser extremamente variável, conforme mostra o diploma sobre a aplicação das medidas privativas de liberdade.”

Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=226&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=226&tabela=leis)

<sup>88</sup> Artigo 160.º do DL n.º 265/79, de 1 de Agosto:

*Estabelecimentos para jovens adultos*

*1 - Os estabelecimentos para jovens adultos destinam-se ao internamento de menores de 21 anos e maiores de 16.*

*2 - Sempre que o tratamento o aconselhe, podem os jovens adultos, por proposta dos respetivos diretores, continuar internados nos estabelecimentos e secções referidos no número anterior até terem completado 25 anos de idade.*

Disponível em:

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?artigo\\_id=159A0160&nid=159&tabela=lei\\_ve\\_lha\\_s&pagina=1&ficha=1&so\\_miolo=&nversao=3#artigo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?artigo_id=159A0160&nid=159&tabela=lei_ve_lha_s&pagina=1&ficha=1&so_miolo=&nversao=3#artigo)

<sup>89</sup> (SANTOS, 2011) pág. 99

especiais ou secções especiais. O que é certo é que, neste momento, nada disto está concretizado.

A este respeito seguimos as palavras de Ana Rita Alfaiate quando afirma como “realidade profundamente criticável” o facto de, num sistema jurídico em que a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens se estende até aos dezoito anos, aceitar-se que, precisamente nos estabelecimentos prisionais, jovens se encontrem com adultos. “A especificidade da população prisional deixa de poder ser atendida convenientemente até pelas equipas técnicas de apoio quando, no mesmo estabelecimento, se encontra tamanha heterogeneidade”.<sup>90</sup>

Uma opção que permite evitar os efeitos psicológicos nefastos no decorrer da estadia dos jovens nos EP (promovendo a instrução, educação para o direito e consequente diminuição da reincidência) passa, por um lado, por afastar o jovem de potenciais fontes de perigo de influência através da, já explicitada, divisão material dos EP.

Por outro lado, enquanto permanecem no cumprimento das penas, devem ser levadas a cabo as medidas previstas no CEPMPL<sup>91</sup>, com vista à ressocialização e preparação para o exterior, contemplando um plano individual de readaptação.

Chegamos à conclusão de que parte da responsabilidade pela delinquência juvenil advém de todos em comunidade e de cada um de nós enquanto indivíduos. Importa termos em consideração a doutrina de Maria João Leote:

*mais do que poder ser entendida estritamente como um caso de polícia ou de tribunal, a delinquência de crianças e jovens é, fundamentalmente, um problema social que diz respeito a toda a sociedade, começando no modo como informalmente cada um se posiciona e ao entendimento que se tem sobre a infância e a juventude.*<sup>92</sup>

## VII. Conclusão

Vivemos numa época marcada por uma nova “cultura de controlo” nas sociedades ocidentais, assente numa deriva securitária, em que à diluição e enfraquecimento dos mecanismos de controlo social informal, contrapõe-se o aumento das expetativas sobre o sistema de justiça.<sup>93</sup>

Após investigação sobre a situação dos jovens adultos no sistema de justiça, e, tendo em consideração as adversidades de ordem económico-financeira que o nosso país atravessa, considera-se como utópica, para já, a concretização e construção dos

---

<sup>90</sup> (ALFAIATE, 2016) pág. 187

<sup>91</sup> Artigo 21º, n.º 2 e 3.

<sup>92</sup> (CARVALHO, 2017) pág. 34

<sup>93</sup> (CARVALHO, MARIA JOÃO LEOTE, 2016) pág.65

centros de detenção idealizados pelo legislador de 1982, assim como de estabelecimentos prisionais só para jovens.

Foi, assim, nosso humilde objetivo, alcançar uma solução que pudesse ser fundamentada e levada em consideração pelos operadores de justiça, executando a intenção do legislador de 82.

Esta execução só existiria se estivesse ligada ao cumprimento das legítimas recomendações europeias em matéria de garantias processuais e condições prisionais dos jovens, quando assumida a medida privativa da liberdade.

Defendemos a perspetiva de que seria viável uma divisão física entre alas, ou secções dos EP, a reconstruir.

Desta sorte, os jovens entre os 16 e os 21 não teriam qualquer tipo de ligação com os demais adultos, impedindo os já referenciados efeitos danosos que esse contacto pode abarcar.

Conscientes de que o problema aqui exposto não é de todo desconhecido, a nossa finalidade vai no sentido de explorar as diferentes variáveis da equação que junta um jovem adulto e adultos com possíveis passados de reincidência e diferentes níveis de criminalidade, num mesmo estabelecimento prisional.

Cabe ao Estado intervir e criar novas políticas no que concerne ao acompanhamento dos jovens. O artigo 70º, nº 2 da CRP refere, a propósito da política de juventude a cargo do Estado, a criação de “condições para integração na vida ativa e da criação de um sentido de serviço à comunidade”.

A fase dos jovens a que nos dedicamos é caracterizada pela aprendizagem. É neste período que o jovem forma a sua personalidade, de acordo com a educação que lhe é facultada, o meio ambiente, os grupos de que se rodeia e a estrutura familiar, absorvendo os ensinamentos que lhe são dados com o objetivo de, no futuro, os aplicar.

Na natureza da delinquência estão processos e dinâmicas sociais, fatores de natureza individual e circunstâncias pessoais e coletivas que colocam em causa a coesão e segurança das sociedades, alicerces da ordem social de um Estado de Direito.<sup>94</sup>

Ressalvamos que a aplicação das disposições normativas passa pelo entendimento dos conhecimentos que as diversificadas áreas têm para nos oferecer.

---

<sup>94</sup> (CARVALHO, MARIA JOÃO LEOTE, 2016) pág. 66

A solução poderia passar pela realização de um diagnóstico psicológico e sociológico, fazendo uma análise das consequências que a prisão poderá provocar e o que pode implicar na mentalidade e na futura conduta de alguém, que ainda se encontrar em fase de formação.

A Diretiva 2016/800, analisada nesta investigação, também impõe como condição a realização de um exame médico, o que não foi transposto para a lei portuguesa.

O estudo conseguido pela Universidade de Stanford é exemplificativo de como a mente humana pode adaptar-se da pior forma quando colocada num ambiente que é contrário à expectativa que, originalmente, havia sido projetada para uma determinada medida.

Fazemos notar, a propósito deste caso em particular, que os jovens que se encontravam numa prisão simulada, dentro do *campus* universitário construído apenas para realizar o ensaio, sabiam que tudo se tratava de um estudo, num ambiente à partida controlado, e dirigido por um reconhecido profissional na área da psicologia como Philip Zimbardo.

Este conhecimento não impediu que as alterações psicológicas, tanto nos jovens que fizeram o papel de guardas prisionais, como nos que participaram nas vestes de reclusos, se manifestassem num curto período de tempo.

Foram observadas, ao longo da experiência, alterações que manifestaram quadros depressivos, de ansiedade extrema e de isolamento em jovens que têm pleno conhecimento de que no máximo em quinze dias (duração que havia inicialmente sido destinada) estariam fora de tal cenário.

Não podemos deixar de considerar alarmantes os efeitos psicológicos desencadeados por alguém que passa anos num EP, acrescendo ainda a agravante de que os jovens portugueses estão em convivência com outros, muito mais velhos, influentes e perigosos, ao contrário do estudo onde todos os intervenientes são jovens.

O legislador previu um regime especializado para os jovens adultos, com medidas que os retratavam como aquilo que efetivamente são: jovens, pessoas ainda num processo de maturação cognitiva, tendencialmente mais suscetíveis de incorrerem em condutas desviantes. Fomenta, não apenas a punibilidade dos seus atos, mas, principalmente, a formação e educação destes jovens.

Neste diploma, é explícita a preocupação em garantir que estes jovens cumpririam as suas penas em estabelecimentos desenhados para o efeito. Quer-se dizer, no século anterior, já se tinha consciência da inconveniência da junção de jovens e adultos. Isto

conjugado com o Decreto-Lei de 1979 (em vigor na altura), que já previa a separação dos reclusos em função da idade.

Nesta nossa singela investigação e exposição, nunca tivemos intenção de desvirtuar ou esvaziar a necessidade da punição dos jovens adultos, ou seja, não temos como fim passar a mensagem de que não entendemos por correto ou admissível que os jovens entre os 16 e os 21 anos sejam responsabilizados pelos seus atos ao abrigo da lei penal.

Porém, sabemos que há outros modos de atingir o mesmo desfecho e consideramos que nem sempre o caminho mais conhecido ou o mais curto é o que efetivamente vai lograr atingir as metas que se perseguem.

A finalidade dos diplomas que abraçam os direitos dos menores e a justiça dos jovens, que nomeámos ao longo da exposição, passa por um ponto comum: um jovem é um indivíduo inserido numa comunidade, devendo-lhe o cumprimento de normas de conduta e o respeito por valores intrínsecos à própria convivência.

Como reflexão final, deixamos aqui uma mensagem marcante de Paulo Guerra, atual Juiz Desembargador e Diretor-Adjunto do Centro de Estudos Judiciários: “Porque um erro na vida, não significa uma vida de erros”. Está na hora de nos preocuparmos, efetivamente, com os jovens. Eles serão o nosso futuro.

## Referências bibliográficas

- ALFAIATE, Ana Rita. *O Problema da Responsabilidade Penal dos Inimputáveis por Menoridade*, Tese de Doutoramento, Coimbra, 2016.
- ANTUNES, Maria João. *Penas e Medidas de Segurança*, Almedina Coimbra, 2018.
- BORN, Michel. *Psicologia da Delinquência*, Lisboa: Climepsi Editores, 2005.
- CARVALHO, Maria João Leote. *Traços da evolução da justiça juvenil em Portugal: do "menor" à "justiça amiga das crianças"*, Revista de Sociologia, 2017.
- CARVALHO, Maria João Leote. *Delinquência Juvenil: conhecer os jovens e os territórios para situar as intervenções*, Revista do Ministério Público 148, 2016.
- CARVALHO, Américo Taipa. *Direito Penal, Parte Geral- Questões Fundamentais, Teoria Geral do Crime*, Coimbra Editora, 2008.
- CARVALHO, Américo Taipa. *Direito Penal, Parte Geral - Questões Fundamentais, Teoria Geral do Crime*, Universidade Católica, 3ª edição, 2016.
- COSTA, José de Faria. *Noções Fundamentais de Direito Penal*, Coimbra Editora, 2015.
- CUNHA, Maria Conceição. *Respostas à Delinquência Juvenil- Do internamento para a Liberdade: Primeiros Passos Para A Inserção Social do Jovem*, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, Ano 26, 2016.
- CUNHA, Maria Conceição. *Combate à Violência de Género - Da Convenção de Istambul à Nova Legislação Penal*, Universidade Católica Editora, 2016.
- DIAS, Jorge Figueiredo. *Temas Básicos da Doutrina Penal*, Coimbra Editora, 2001.
- DIAS, Jorge Figueiredo. *Prevenção, Culpa e Pena – Uma Conceção Preventivo – Ética do Direito Penal, Liber Discipulorum*, Coimbra, 2003.
- DIAS, Jorge Figueiredo. *Direito Penal - Parte Geral - Tomo I- Questões Fundamentais. A Doutrina Geral do Crime*, Editora Gestlegal, 2019.
- DORES, António Pedro; LOUREIRO, Ricardo e PONTES, Nuno. *Prison Conditions in Portugal, European Prison Observatory. Detention conditions in the European Union*”, Antigone Edizioni Rome, September, 2013.
- DUARTE-FONSECA, António Carlos. *Interatividade entre Penas e Medidas Tutelares - contributo para a (re)definição da política criminal relativamente a jovens adultos*, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, de Joaquim Malafaia, António Carlos Duarte-Fonseca, António Gaspar, Augusto Dias, João Manuel da Silva Miguel, Jorge de Figueiredo Dias João Curado Neves, Coimbra Editora, 2001.

- FURTADO, Leonor. *Alteração da Lei Tutelar Educativa Relatório Final*, Impresso em Portugal: Bubok Publishing S.L, 2013.
- JUSTIÇA, Ministério da. *Olhar o Futuro para Guiar a Ação Presente*, Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar, 2017.
- LOPES, Catarina Castanheira. *O Regime Jurídico Aplicável aos Jovens Delinquentes*, Tese de Mestrado em Direito da Universidade Católica de Lisboa, 2014.
- PALMA, Maria Fernanda. *Desenvolvimento da pessoa e imputabilidade no código penal português*, Em Sub Judice, Lisboa, 1996.
- RODRIGUES, Anabela Miranda. *Repensar o Direito de Menores em Portugal- Utopia ou Realidade?*, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, Coimbra Editora, Julho-Setembro, 2007.
- RODRIGUES, Anabela Miranda. Comunicação apresentada na “Conferência Internacional sobre as Reformas Jurídicas de Macau no Contexto Global”, *Direito das Crianças e dos Jovens delinquentes*, 2008.
- RODRIGUES, Anabela Miranda. *A Lei Tutelar Educativa - entre o passado e o futuro*, Justiça Juvenil: a lei, os tribunais e a (in)visibilidade do crime no feminino/organização JP, PC e PB., Porto: Coleção DIJUS, 2017.
- RODRIGUES, Anabela Miranda. *Novo Olhar para a Questão Penitenciária - Estatuto Jurídico do Recluso e Socialização Jurisdicionalização Consensualismo e Prisão*, Coimbra Editora, 2000.
- RODRIGUES, Anabela Miranda. *A Justiça de Menores na Europa: origens e perspetivas*, Justiça Juvenil: a lei, os tribunais e a (in)visibilidade do crime no feminino/organização JP, PC e PB, Porto: Coleção DIJUS, 2017.
- SANTOS, Carolina Girão. *Da especificidade do direito penal dos Jovens Adultos na perspetiva das consequências jurídicas do crime*, Em Lex Familiae - Ano 8 - n.º 16, de Centro de Direito da Família, Coimbra: Coimbra Editora, 2011.
- SEAGRAVE, D. & Grisso, T. *Adolescent development and the measurement of juvenile psychopathy. Law and Human Behavior*, 2002.
- SILVA, Germano Marques. *Direito Penal Português – Parte Geral II- Teoria do Crime*, 2ª Edição, Editora Verbo, 2005.
- SILVA, Tiago Rocha. *Prisão Preventiva de Menores de 18 anos: Perspetivas de Profissionais da Área da Justiça*, Tese de Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante e Justiça, Faculdade de Psicologia da Universidade Católica do Porto, 2017.

THOMAS, C. R. & Penn, J. V, *Juvenile justice mental health services. Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 2002.

ZIMBARDO, Philip. *The Lucifer Effect - how good people turn evil*, Great Britain: Rider, 2007.

## **Webgrafia**

Artigo Jornal Público sobre jovens em prisões de adultos:

<https://www.publico.pt/2015/02/12/sociedade/noticia/portugal-e-excepcao-ao-juntar-criancas-e-jovens-em-prisoas-de-adultos-1685272>. Consultado a: 11.01.2020

Artigo Jornal Público. Disponível:

<https://www.publico.pt/2018/10/23/sociedade/noticia/ha-prisoas-graves-problemas-sobre-lotacao-1848482>. Consultado a: 16.11.2019

Artigo Jornal Público. Disponível:

<https://www.publico.pt/2015/02/12/sociedade/noticia/portugal-e-excepcao-ao-juntar-criancas-e-jovens-em-prisoas-de-adultos-1685272>. Consultado a: 06.12.2019

Artigo Jornal Diário de Notícias. Disponível:

<https://www.dn.pt/pais/portugal-condenado-a-pagar-15-mil-euros-a-ex-presos-por-tratamento-desumano-e-degradante-11577894.html>. Consultado a: 16.01.2020

Artigo Diário de Notícias, de 20 de Março de 2018. Disponível:

<https://www.dn.pt/portugal/interior/estado-assume-nao-ter-dados-sobre-a-violencia-policial-9199560.html>. Consultado a: 23.01.2020

Convenção sobre os Direitos das Crianças:

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=1894&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1894&tabela=leis).  
Consultado a: 10.11.2019

Dados estatísticos fornecidos pela DGRSP. Disponíveis em:

<http://www.dgsp.mj.pt/>. Consultado a: 26.10.2019

Diretiva (UE) 2016/800 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Maio de 2016.

Disponível:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32016L0800>  
Consultado a: 23.12.2019

Preâmbulo do RPJD. Disponível:

[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=226&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=226&tabela=leis)  
Consultado a 23.09.2019



Projeto de Lei n.º 53/IX. Disponível:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=19067> Consultado a: 22.11.2019

Recomendação (2008)11 do Comité de Ministros para os Estados-Membros. Disponível:

<https://www.euromed-justice.eu/en/document/coe-2008-council-europe-recommendation-cmrec200811-committee-ministers-member-states> Consultado a: 12.11.2019

Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos aprovado pelo DL n.º

323-D/2000, de 20 de Dezembro.

Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/315335/details/maximized>

Consultado a: 16.10.2019

Regras de Beijing. Disponível:

[http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/regras\\_minimas\\_beijing.pdf](http://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/regras_minimas_beijing.pdf).

Consultado a: 04.01.2020

Relatório de 2012 do CPT, pág.29 e de 2013 do CPT, p.8. Disponível:

<https://www.coe.int/en/web/cpt/portugal>. Consultado a: 07.01.2020

Relatório do CPT de 27 de Setembro a 7 de Outubro de 2016, pág. 26. Disponível:

<https://www.coe.int/en/web/cpt/portugal> Consultado a: 14.01.2020

Relatório do Observatório Europeu da Prisões. Disponível:

[http://www.prisonobservatory.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17&Itemid=126](http://www.prisonobservatory.org/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=126) 12.01.2020

Relatório elaborado pelo Observatório Europeu das Prisões - relativo à Lituânia.

Disponível:

[http://www.prisonobservatory.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18&Itemid=127#J\\_UVENILE\\_PENITENTIARY\\_SYSTEM](http://www.prisonobservatory.org/index.php?option=com_content&view=article&id=18&Itemid=127#J_UVENILE_PENITENTIARY_SYSTEM) Consultado a:

30.12.2019

Relatório ao governo lituano relativo à visita à lituânia levada a cabo pelo CPT de 12 a 22

de Abril de 2016. Disponível: <https://www.coe.int/en/web/cpt/latvia> Consultado a:

30.12.2019

Resolução do Parlamento Europeu, de 5 de outubro de 2017, sobre os sistemas e condições prisionais (2015/2062(INI)). Disponível:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52017IP0385&qid=1546384176998&from=EN> Consultado a: 17.03.2020

## **Jurisprudência**

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 12.09.2007

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 29.04.2009

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 23.03.2017

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 03.04.2017

Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães de 09.04.2018